

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANGELA REGINA LOCATELLI

**UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DO RESGATE DAS SEMENTES CRIOULAS EM
ANCHIETA – SC (1996-2002)**

FLORIANÓPOLIS - SC

2019

ANGELA REGINA LOCATELLI

**UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DO RESGATE DAS SEMENTES CRIOULAS EM
ANCHIETA – SC (1996 – 2002)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli Nodari

FLORIANÓPOLIS – SC

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Locatelli, Angela Regina
Uma história ambiental do resgate das sementes crioulas
em Anchieta - EC (1996-2002) / Angela Regina Locatelli ;
orientadora, Eunice Sueli Nodari, 2019.
77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Sementes crioulas. 3. Agricultura
familiar sustentável. 4. Resgate. 5. SINTRAF. I.
Nodari, Eunice Sueli. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em História. III. Título.



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 09 horas e 00 minutos, no Labimha, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof^º. Dr^º: Eunice Sueli Nodari (Orientador(a) e Presidente); Prof^º. Dr^º: Samira Peruchi Moretto (Titular); Ms Débora Nunes de Sá (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 62/HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Angela Regina Locatelli, intitulado: "Uma história ambiental do resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC (1996 – 2002)". Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof^º. Dr^º: Eunice Sueli Nodari, nota 9,0, Prof^º. Dr^º: Samira Peruchi Moretto, nota 9,0, Ms Débora Nunes de Sá, nota 9,0, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 9,0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 02 de julho de 2019

Eunice Sueli Nodari

Prof^º. Dr^º: Eunice Sueli Nodari (Orientador(a))

Samira P. Moretto

Prof^º. Dr^º: Samira Peruchi Moretto (Titular)

Débora Nunes de Sá

Ms Débora Nunes de Sá (Suplente)

Angela Regina Locatelli

Angela Regina Locatelli (Acadêmica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica Angela Regina Locatelli, matrícula n.º15101709, entregou a versão final de seu TCC, cujo título é *Uma história ambiental do resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC (1996-2002)*, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 09 de julho de 2019

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Lizete Ruth Weber".

Orientadora

Dedico este trabalho aos meus pais, Tani e Luiz e à todas as pessoas envolvidas com a preservação das sementes crioulas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

À minha família, especialmente minha mãe Tani, meu pai Luis (*in memoriam*) e meus irmãos Renan e Marcos, por todo amor, carinho e aprendizados que compartilhamos nessa vida, apesar das intempéries.

Ao meu companheiro Eduardo, pela paciência, amor, carinho e tantas palavras de incentivo e força nos últimos anos.

Ao meu sábio *nonno* materno Angelo (*in memoriam*), por me inspirar a valorizar todos os momentos da vida, seja em forma de poesia ou de memórias.

Aos meus queridos tios maternos, Adriano e Ivan, pela ternura, atenção, interesse e tempo que dispuseram à mim para elucidar minhas tantas dúvidas sobre as sementes crioulas, temas afins e sobre a história de Anchieta.

À minha querida tia materna e madrinha, Dirce, pelas caronas pelo interior de Anchieta para a realização das entrevistas e o ótimo humor e companheirismo durante esses momentos.

Aos meus animais de estimação (*in memoriam*) por toda ternura que compartilhamos, especialmente ao gato Jackie.

Aos meus amigos e amigas.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Aos entrevistados e entrevistadas que gentilmente cederam belos e importantes depoimentos para o presente trabalho.

À professora Eunice pelo acompanhamento e correções do presente texto, e por compartilhar comigo de tão valiosos conhecimentos sobre os temas ligados ao meu estudo.

Aos supervisores e colegas dos estágios que participei durante a graduação (PIBID – História UFSC; CA UFSC; GEPAC FCC e CAE UFSC).

Às professoras Débora e Samira, que fazem parte da banca do presente trabalho, por aceitarem contribuir com o mesmo.

Aos colegas do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) por todas as tardes de sexta-feira em que compartilhamos ricos conhecimentos sobre História e sobre a vida.

À todos os professores e professoras que já tive.

Aos irmãos e irmãs do mundo espiritual.

“Os cientistas dizem que os humanos são feitos de átomos, mas a mim um passarinho contou que somos feitos de histórias” (GALEANO, 2012).

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo histórico do resgate das sementes crioulas, realizado no município de Anchieta, Santa Catarina (Brasil), conduzido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF). O foco temporal é entre os anos de 1996 e 2002, com a contextualização da relação dos munícipes com as sementes crioulas desde os primórdios da constituição do município, na década de 1950. Também há a discussão dos impactos da Revolução Verde para a agricultura familiar sustentável e os movimentos sociais que se organizaram para lutar pela permanência desta agricultura e para reverter esses impactos, em prol da autonomia dos agricultores e agricultoras sobre a sua própria produção agrícola. A História Ambiental é a disciplina que fundamenta este trabalho, sendo que ele utiliza diversas fontes, entre elas, as iconográficas e os depoimentos orais, além de referências bibliográficas interdisciplinares. Constata-se que as sementes crioulas, reconhecidas como patrimônio da humanidade, são objeto de lutas dos agricultores e agricultoras em vários locais do Brasil e do mundo e que Anchieta tem um lugar de destaque e de inspiração para instituições, movimentos e atores sociais planejarem e realizarem trabalhos de pesquisa, resgate, eventos, festas e feiras em favor da manutenção das sementes crioulas e da agricultura sustentável.

Palavras-chave: Sementes crioulas. Agricultura familiar sustentável. Resgate. SINTRAF.

ABSTRACT

This work analyses the historical process of rescue of creole seeds, realized in the city of Anchieta, in Santa Catarina (Brazil), by the SINTRAF, which stands for Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Worker Union of Family Agriculture). The temporal focus is between the years of 1996 until 2002, with the contextualization of the relation of the citizens with the creole seeds since the beginnings of the constitution of the city, during the 50s. There's also the discussion of the impacts in familiar agriculture made by the Green Revolution, while also talking about the social groups that work to preserve this type of agriculture and undo the impacts that it has suffered, in favor of farmers' autonomy over their own agricultural production. The Environmental History is the discipline that bases this work, being that it uses several sources such as iconographics, spoken interviews, and also interdisciplinary references. It is noted that creole seeds are considered World Heritag and they are defended by farmeres in many places in Brasil and the world, and that Anchieta is in the spotlight for serving as inspiration for institutions, movements and social actors, helping them plan and realize research works, rescue, events, celebrations, and open markets in favor of the upkeep of creole seeds and sustainable agriculture.

Key-words: Creole seeds. Family sustainable agriculture. Rescue. SINTRAF.

LISTRA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica de Anchieta - SC.....	26
Figura 2 - Colheita de milho crioulo em grupo na Linha Café Filho, em Anchieta - SC, no ano de 1998.....	50
Figura 3 - Milho derivado da variedade crioula cunha e milho crioulo roxo, respectivamente. Início dos anos 2000.....	52
Figura 4 - Milhos crioulos das variedades branco e rajado, respectivamente. Início dos anos 2000.....	52
Figura 5 - Sementes de milho crioulo das variedades amarelão, mato grosso e pinhão. Estande do SINTRAF – Anchieta. 18 de março de 2018.....	52
Figura 6 - Sementes crioulas de feijão, gergelim, coentro, pimenta, camomila, manga, entre outras. Estande do MMC – Anchieta. 18 de março de 2018.....	53
Figura 7 - Valdecir Alves Rei e seu filho Diego Rei, colhendo milho crioulo branco, no fim da década de 1990.....	55
Figura 8 - Agricultor Luiz Draszevski. SINTRAF - Anchieta. Estoque de sementes da variedade de milho crioulo palha roxa. 2000.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da estrutura fundiária do município de Anchieta por extratos de área com o número de estabelecimentos rurais e a área em hectares correspondente, nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	28
Tabela 2 - População residente no município de Anchieta nos anos de 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000 com taxa de urbanização e densidade demográfica comparativa com a região do extremo oeste catarinense e com o estado de Santa Catarina no ano 2000.....	29
Tabela 3 – As primeiras áreas de produção de sementes em Anchieta – SC, acompanhadas pelo SINTRAF, em 1997.....	50-51
Tabela 4 - Evolução do resgate de materiais crioulos de milho quanto ao número de variedades. Todas coletadas em Anchieta – SC. 1997-2001.....	51

LISTA DE SIGLAS

ACARESC - Associação de Crédito e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina

AS – PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ASSEOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

ASSO - Associação dos Agricultores Produtores de Milho Crioulo Orgânico e Derivados

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares

COOPERANCHIETA – Cooperativa da Agricultura Familiar e de Economia Solidária de Anchieta/SC

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FEMIC - Festa Estadual do Milho Crioulo

FENAMIC - Festa Nacional do Milho Crioulo

FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAA - Movimento de Agricultura Alternativa

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NEABio - Núcleo de Estudos em Agrobiodiversidade

ONGs - Organizações não Governamentais

PTA/FASE - Projeto de Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Econômica

SINTRAF– Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

VIANEI - Centro Vianeiro de Educação Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 MIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR EM ANCHIETA – SC.....	23
2.1 Migração e colonização no oeste catarinense no século XX.....	23
2.2 Processos de migração, colonização e constituição da agricultura familiar em Anchieta – SC.....	25
3 REVOLUÇÃO VERDE, AGRICULTURA ALTERNATIVA E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS: REFLETINDO EM SANTA CATARINA.....	33
3.1 Revolução Verde e seus impactos em Santa Catarina.....	33
3.2 Movimentos de agricultura alternativa e movimentos sociais rurais em Santa Catarina.....	41
4 RESGATE DAS SEMENTES CRIOULAS EM ANCHIETA – SC: AÇÕES, ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS E ECOS.....	47
4.1 SINTRAF - Anchieta e as ações para o resgate das sementes crioulas: década de 1990....	47
4.2 Ecos do trabalho de resgate das sementes crioulas.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	68
FONTES.....	71
APÊNDICES	73

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa o processo histórico do resgate das sementes crioulas no município de Anchieta – SC. Esse município está localizado na região extremo oeste de Santa Catarina e foi um dos primeiros do Brasil a trabalhar com a preservação dessas sementes. As sementes crioulas são sementes cultivadas de forma autônoma e manual por famílias agricultoras. O recorte temporal que estamos propondo é o período entre os anos de 1996 e 2002. O ano de 1996 marca o início das discussões no município para mobilizar os agricultores e as agricultoras familiares para a preservação das sementes crioulas que ainda existiam e o ano de 2002 marca a realização da 1ª Festa Nacional do Milho Crioulo (FENAMIC), para comemorar e promover o sucesso do programa de resgate das sementes crioulas, assim como foi feito na realização da 1ª Festa Estadual do Milho Crioulo (FEMIC), no ano 2000. O termo resgate é amplamente utilizado e conhecido nos trabalhos que envolvem sementes crioulas.

O tema do presente trabalho é muito próximo a mim, pois sou natural de Anchieta e vivi por 19 anos no município. Tanto minha família materna, como minha família paterna têm vínculos com a agricultura e com o cultivo das sementes crioulas há gerações, sendo que morei em uma comunidade rural de Anchieta, a linha Nossa Senhora da Saúde, com meu pai, minha mãe e meu irmão mais velho até por volta do meu primeiro ano de vida e sempre visitei meus familiares que permaneceram morando nessa comunidade rural, além de visitar outras comunidades de Anchieta. Dois dos meus tios maternos, o Adriano Canci e o Ivan José Canci destacam-se pelo envolvimento com a agricultura sustentável e com a preservação das sementes crioulas, à nível regional, nacional e internacional, por conta do trabalho de ambos e das muitas viagens pelo Brasil e no exterior que já fizeram para, entre outros objetivos, divulgar trabalhos nessas áreas. Na convivência com eles sempre fui motivada a refletir e a reconhecer a importância desse trabalho para Anchieta e para o mundo.

Desde criança participei das festas das sementes crioulas, realizadas em Anchieta e sempre tive um forte senso de preocupação com o meio ambiente, de forma geral, algo que além de ser sempre tema de debate na minha família percorreu minha trajetória na escola por meio do meu grande interesse em me envolver com projetos ambientais da escola e do município, como os promovidos pelas gincanas culturais. Na faculdade de História, ao ter que escolher um tema para meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), escolhi sobre o resgate das sementes crioulas, pela já citada proximidade com esse tema e porque assuntos que envolvem a relação entre seres humanos e natureza sempre foram do meu interesse, tanto que considerei cursar Engenharia Ambiental e Biologia.

É importante ressaltar que não há trabalhos na área de História sobre o processo do resgate das sementes crioulas em Anchieta, nem das respectivas festas das sementes. Portanto o presente trabalho insere-se como o primeiro trabalho historiográfico sobre o resgate dessas sementes, algo que acredito contribuirá de forma positiva para futuros estudos afins ao tema e para a própria preservação da rica história de Anchieta com as sementes crioulas.

Para ser possível a escrita deste trabalho tive que utilizar vários campos do conhecimento, tendo como fio condutor a disciplina de História Ambiental, que se caracteriza por ser interdisciplinar e estudar as relações entre os seres humanos e a natureza. Há trabalhos da área de Ciências Agrárias, visto que, por meio de extensa pesquisa bibliográfica constatou-se vários trabalhos acadêmicos dessa área sobre as sementes crioulas de Anchieta e temas afins. Ainda há trabalhos na área de Ciências Sociais e de outras áreas das Ciências Humanas. Entre as fontes, estão depoimentos orais, realizados por mim com a metodologia da História Oral, depoimentos presentes em trabalhos locais e fotografias.

Além disso são utilizadas as experiências publicadas por ativistas pesquisadores envolvidos com a defesa e preservação das sementes crioulas, assim como na construção de festas e feiras em torno delas. A principal fonte para o presente trabalho e para a construção dos roteiros das entrevistas é uma dessas experiências, o livro de Adriano Canci¹, *Sementes Crioulas: construindo soberania, a semente na mão do agricultor*, publicado em 2002. Adriano trabalhou como técnico agrícola do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Anchieta (SINTRAF – Anchieta)² entre os anos de 1997 e 2004, portanto fez parte da equipe que coordenou a prática do resgate das variedades crioulas nas localidades rurais de Anchieta. Ele também foi um dos coordenadores do Programa Municipal de Produção Própria de Sementes, uma parceria entre o SINTRAF e a Prefeitura Municipal e colaborou com a organização de muitas festas das sementes.

Realizei pesquisas em arquivos de instituições de Anchieta, incluindo a Secretaria da Agricultura, a Prefeitura Municipal e o SINTRAF, em busca de atas de reuniões, documentos técnicos e outras fontes que datassem dos anos do processo de resgate das sementes crioulas, mas nada foi encontrado. Segundo informações de Adriano Canci, de outros entrevistados e pessoas que conversei (informação verbal)³, membros de movimentos sociais rurais e/ou de grupos de agricultores que participaram do processo de resgate não tinham costume de fazer atas com regularidade. No próprio livro de Adriano Canci (2002), citado anteriormente, há

¹ Adriano Canci é Técnico em Agropecuária, licenciado em Geografia e atualmente cursa Agronomia.

² Até 1997 este sindicato era denominado de Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR.

³ Informações cedidas pessoalmente ou por redes sociais.

tabelas sobre o cultivo dos milhos crioulos na época referida, as quais apresento no capítulo três.

As transcrições das entrevistas que realizei estão na norma culta da língua portuguesa, conforme a escolha dos entrevistados. Eles também optaram por não permanecer no anonimato. A escolha dessas pessoas por mim foi através de indicações de munícipes de Anchieta ligados ao trabalho de resgate das sementes crioulas. Por meio de levantamento bibliográfico e por informações verbais⁴ constatou-se que já foram realizadas várias entrevistas e questionários em Anchieta com pessoas que trabalham ou que já trabalharam com sementes crioulas.

Destaca-se as entrevistas contidas no livro *Anchieta: história, memória e experiência – uma caminhada construída pelo povo* (CANCI; BRASSIANI, 2004), realizadas entre os anos de 1998 e 2002. Antônio Valmor de Campos (2006), em sua dissertação *O reconhecimento de agricultores do município de Anchieta-SC, que cultivam sementes de milho crioulo, como pesquisadores e detentores de direito da propriedade intelectual sobre a melhoria dessas sementes*, também realizou entrevistas com alguns agricultores e agricultoras de Anchieta no começo dos anos 2000. Há as entrevistas na dissertação do Rosicleide Gofi (2017), intitulada *O processo de sucessão familiar em famílias guardiãs de sementes crioulas: estudo de caso no município de Anchieta/SC*. Ainda há questionários e entrevistas em várias dissertações e teses do Programa de Pós - Graduação em Recursos Genéticos Vegetais do curso de Agronomia da UFSC e também em trabalhos de outros programas de pós graduação de outras universidades. A maioria desses questionários e entrevistas possui conteúdo técnico sobre o manejo das variedades de sementes crioulas, destacando-se estudos sobre as sementes de milho e as de milho pipoca.

Realizei 14 entrevistas, com 15 pessoas, entre os dias 17 e 19 de março de 2018, sendo uma entrevista com um casal. Também realizei uma entrevista em abril de 2018. Entre os dias 17/07/2018 e 01/08/2018 foram realizadas mais seis entrevistas com oito pessoas, sendo duas entrevistas com casais. No presente trabalho utilizei trechos de 11 entrevistas. O roteiro utilizado para as entrevistas de março e abril (APÊNDICE A, p.73) foi focado no envolvimento dos entrevistados com a agricultura sustentável, movimentos sociais rurais e as festas das sementes crioulas. Já a maioria das entrevistas realizadas entre julho e agosto tiveram um roteiro (APÊNDICE C, p.75) baseado nas experiências dos entrevistados e das entrevistadas com o manejo das sementes crioulas em suas propriedades e a participação direta nos movimentos

⁴ As informações verbais são advindas dos meus contatos com moradores locais de Anchieta e de pessoas que estiveram envolvidas com o resgate das sementes crioulas no município e/ou ainda as cultivam.

sociais rurais, no processo do resgate das sementes crioulas e na organização das festas das sementes.

Os entrevistados e as entrevistadas de março e abril participaram da 6ª Festa Nacional das Sementes Crioulas (16, 17 e 18 de março de 2018) e a maioria das entrevistas foi realizada durante a festa em espaços cedidos pela matriz da Igreja Católica de Anchieta. Entre essas pessoas havia as que estavam apenas prestigiando a festa, as que tinham estandes de exposição de sementes e/ou produtos orgânicos e/ou agroecológicos, as que são do universo acadêmico e pessoas que participaram diretamente do processo do resgate das sementes, seja sendo agricultor (a) e/ou técnico agrícola. Os entrevistados e as entrevistadas de julho e agosto também participaram da festa referida e são agricultores e agricultoras de Anchieta, com exceção de um entrevistado, com o qual foi usado o mesmo roteiro das entrevistas de março e abril.

Os roteiros mencionados foram estruturados de acordo com o tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na época de realização das entrevistas, que era focado em todas as festas do milho crioulo (2000 e 2002) e das sementes crioulas de Anchieta (2004, 2007, 2011, 2012 e 2018). No decorrer do segundo semestre de 2018 decidimos focar o tema do TCC no processo do resgate das sementes crioulas no município, pois consideramos o foco anterior muito amplo. No entanto as entrevistas realizadas são fontes essenciais para o presente TCC, pois perpassam várias questões pertinentes ao trabalho atual.

Ao estudar sobre a História Oral utilizei como referência o *Manual de História Oral*, livro publicado pela primeira vez em 2004, pela historiadora Verena Alberti, o qual usei a versão mais recente e atualizada, a de 2013. Esse livro apresenta todos os passos para a realização de uma entrevista com a metodologia da história oral, passando por vários processos, como a estruturação do roteiro de entrevistas à assinatura pelo (a) entrevistado (a) da carta de cessão de direitos sobre o depoimento oral. Além dos vários textos que li sobre História Oral, esse livro foi muito importante para a minha familiarização com essa metodologia que foi fundamental para a construção deste trabalho.

Em seu artigo *Histórias dentro da História*, Verena Alberti, aponta que, “a História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’, e dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (2005, p.155). A metodologia da História oral é interdisciplinar e é adotada em diversas áreas do conhecimento, como Antropologia, Psicologia, Economia, Medicina e Engenharias e essa estratégia de ouvir testemunhas de conjunturas ou acontecimentos para compreendê-los da melhor forma não é algo recente, é algo que vem desde a Antiguidade, nas figuras de historiadores como Heródoto e Políbio. A História

oral “moderna” tem como marco do seu início 1948, ano em que foi inventado o gravador a fita (ALBERTI, 2005, p.156). Nas décadas de 1950 e 1960 ela fez sucesso com um linha “militante”, mas na década de 1970 surgiram algumas tentativas para sistematizar essa metodologia, aos poucos, passando de “militante” para acadêmica” por meio da publicação de revistas (britânicas e estadunidenses) e manuais de história, estes nos Estados Unidos, o que acabou levando aos encontros internacionais entre os pesquisadores. A História Oral chegou ao Brasil em 1975, com o I Curso Nacional de História Oral (ALBERTI, 2005, p.159-160).

Construir uma entrevista leva tempo e a História Oral não é a solução para todos os problemas, ela apenas responde a algumas questões. Esse processo é dividido em três etapas: preparação das entrevistas (projeto de pesquisa e roteiros), realização das mesmas e o tratamento delas (ALBERTI, 2005, p.165; 171-172).

Segundo Verena “sempre de acordo com os propósitos da pesquisa, definidos com relação ao tema e à questão que se pretende investigar, é possível escolher o tipo de entrevista a ser realizado: entrevistas temáticas ou histórias de vida” (2005, p.175). Para este trabalho escolhi realizar entrevistas temáticas, referentes a relação dos entrevistados com as sementes crioulas, com as respectivas festas e outras questões afins.

Ainda conforme Verena as entrevistas temáticas caracterizam-se por ser:

[...] as que versam prioritamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou (ALBERTI, 2005, p.175).

O historiador Marcos Montysuma, aponta que, “a História Oral não tem como condição de sua existência operar através dos relacionamentos de amizade. Um contato inicial sem referências e até distanciado pode vir a converter-se numa amizade futura, dependendo muito da forma como os sujeitos se relacionam” (2006, p.119). Muitas das pessoas que eu entrevistei para o presente trabalho eu não conhecia pessoalmente, no entanto muitas delas são próximas da minha família e sabem quem eu sou, sendo que as entrevistas foram bem produtivas, muito por conta do grande interesse delas em falar sobre o tema das entrevistas.

Montysuma (2006, p.123) ainda afirma que não podemos confundir a pessoa entrevistada como a nossa fonte, pois ela nos ajuda a construir a fonte, que é a palavra contida no documento sonoro gravado, gerado na entrevista. Então essa palavra passar a ter um caráter documental.

Neste trabalho, utilizo como fontes iconográficas fotografias referentes aos anos do resgate das sementes crioulas em Anchieta, na década de 1990, fornecidas por Adriano Canci e algumas mais recentes. Estas eu capturei durante a 6ª Festa Nacional das Sementes Crioulas e 12ª Expo Anchieta.

Segundo Ana Maria Mauad, a fotografia, desde a sua origem acompanha o mundo contemporâneo,

registrando sua história numa linguagem de imagens. Uma história múltipla, constituída por grandes e pequenos eventos, por personalidades mundiais e por gente anônima, por lugares distantes e exóticos e pela intimidade doméstica, pelas sensibilidades coletivas e pelas ideologias oficiais (MAUAD, 1996, p.5).

Ainda conforme Mauad deve-se considerar a fotografia como um produto cultural que é fruto de um trabalho social de produção sógnica (MAUD, 1996, p.11). A fotografia possibilita uma comunicação por meio de imagens não verbais, pois seu signo é a imagem, sendo que, enquanto mensagem, a imagem fotográfica deve ser compreendida como uma escolha em meio a outras possíveis (MAUD, 1996, p.12). Por exemplo, as imagens fotográficas que apresento foram inseridas neste trabalho para passar a mensagem de reforçar que as sementes crioulas estão sendo preservadas em Anchieta e evidenciar o caráter de grande diversidade genética e qualidade dessas sementes, questões que são discutidas no texto, portanto não se tornam imagens meramente ilustrativas.

A História Ambiental, base teórica e metodológica do presente trabalho, é um campo historiográfico que estruturou-se a partir da década de 1970 na academia de diversos países, segundo José Augusto Pádua (2010), historiador e teórico da História Ambiental. Para o autor “a publicação de análises substantivamente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX” (PÁDUA, 2010, p.81).

Atualmente a História Ambiental é um campo diversificado e vasto de pesquisa. Milhares de pesquisadores anualmente analisam vários aspectos das interações entre os sistemas naturais e os sociais e suas produções abarcam “tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais” (PÁDUA, 2010, p.96). Para Pádua, na história ambiental, “no sentido mais profundo, o desafio analítico é o de superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo” (PÁDUA, 2010, p.97).

Donald Worster, também historiador e teórico da História Ambiental afirma que “a história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina de história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido” (1991, p.199). Worster ainda afirma que na época de surgimento da história ambiental, na década de 1970, sucederam-se “conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial”, algo que reverberou em outras disciplinas, como direito, filosofia e economia (1991, p.199). Para o autor, “em termos bem simples, portanto, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (1991, p.201).

O presente trabalho divide-se em três capítulos, que são separados em subcapítulos. O primeiro capítulo intitula-se *Migração, colonização e agricultura familiar em Anchieta –SC*, tendo dois subcapítulos, sendo o primeiro, *Migração e colonização no oeste catarinense no século XX* e o segundo, *Processos de migração, colonização e constituição da agricultura familiar em Anchieta – SC*. Nesse capítulo são abordados aspectos da ocupação do território do oeste catarinense a partir de meados do século XX e a relação dessa ocupação com a constituição de pequenas propriedades pertencentes às famílias de agricultores. Então discute-se a ligação das famílias agricultoras de Anchieta com as sementes crioulas desde o início da constituição do município, em meados da década de 1950, além de aspectos econômicos e sociais do município.

O segundo capítulo denomina-se *Revolução Verde, agricultura alternativa e movimentos sociais rurais: refletindo em Santa Catarina*. Seus subcapítulos são os seguintes: *Revolução Verde e seus impactos em Santa Catarina* e *Movimentos de agricultura alternativa e movimentos sociais rurais em Santa Catarina*. A chegada do pacote tecnológico da Revolução Verde no Brasil e em Santa Catarina é discutido, assim como suas consequências, além de serem apresentados aspectos técnicos, econômicos e sociais dos diversos tipos de sementes (crioulas, híbridas e transgênicas) e das indústrias transnacionais de sementes, de agrotóxicos e agroquímicos. Há a contextualização das ações dos movimentos de agricultura alternativa, posteriormente organizados no Movimento de Agricultura Alternativa (MAA) para fomentar uma contraposição aos avanços da modernização da agricultura no Brasil e para estimular a autonomia e soberania alimentar da produção agrícola dos pequenos agricultores e agricultoras, muitos já com uma história de lutas nos movimentos sociais rurais. Em relação a esses movimentos, são destacados aspectos de sua organização, especialmente no oeste catarinense, levando em conta que os agricultores que se envolveram no resgate das sementes crioulas em Anchieta participaram e/ou ainda participam desses movimentos.

O terceiro capítulo, *Resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC: ações, atores sociais envolvidos e ecos* subdivide-se nos seguintes subcapítulos, *SINTRAF– Anchieta e as ações para o resgate das sementes crioulas: década de 1990* e *Ecos do trabalho de resgate das sementes crioulas*. Nesse capítulo há a contextualização de várias entrevistas produzidas por mim, sobre o envolvimento dos entrevistados e entrevistadas com o projeto do resgate das sementes, evidenciando a longa relação familiar deles com essas sementes e com a agricultura sustentável. Além de focar no processo histórico do resgate também apresenta-se reverberações do trabalho em Anchieta em festas, pesquisas e publicações acadêmicas e populares.

2 MIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR EM ANCHIETA - SC

Este capítulo é concentrado na segunda fase de migração em Anchieta, efetuada em sua maior parte por descendentes de europeus, a maioria vindos do Rio Grande do Sul, a partir de meados da década de 1950, pois foi nessa época que o centro urbano do município passou a ser construído e também houve a formação da agricultura familiar. Para tanto, é apresentado um breve contexto histórico da colonização do oeste catarinense, entre 1917 e meados de 1950 e a consequente constituição da agricultura familiar baseada em pequenas propriedades. A seguir a ênfase é dada para a história da colonização em Anchieta e a relação dos migrantes com as chamadas sementes crioulas, por meio de bibliografia e fontes produzidas por moradores locais, entre elas trechos de depoimentos orais coletados no município entre o fim da década de 1990 e o começo dos anos 2000.

2.1 Migração e colonização no oeste catarinense no século XX

De acordo com a historiadora Eunice Nodari, em seu livro *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina* (2009), a história do povoamento do oeste de Santa Catarina pode ser dividida em três fases:

No entender de Poli (1995, p.73), a história do povoamento pode ser dividida em três fases, com características bem distintas. A primeira delas refere-se à ocupação indígena quando, até meados do século XIX, com exceção de algumas incursões exploratórias portuguesas, o Oeste era território ocupado pelos índios Kaingang. A segunda detona a ocupação cabocla, ou seja, do grupo proveniente da miscigenação indígena com luso-brasileiros. A condição fundamental de identificação do caboclo é seu modo “pobre” e “tosco” de viver, que se impõe quando vieram ocupar as terras (POLI, 1995, p.73). A terceira fase, ainda para Poli (1995), é a da colonização com o estabelecimento dos teutos e ítalos (POLI, 1995, p.73 apud NODARI, 2009, p.24).

No entanto, para Eunice a classificação apresentada por Poli é discriminatória, “pois tem o pressuposto de que são os teutos e ítalos os elementos civilizadores da região. Entretanto, este ordenamento do autor serve para mostrar as diferentes épocas de ocupação (NODARI, 2009, p.24)”. Ainda de acordo com a referida autora o “Oeste de Santa Catarina, entre 1917 e 1954 passou por um novo processo histórico de construção sociocultural, com a chegada de migrantes descendentes de alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul” (NODARI, 2009, p.17). A autora usou a mesma distribuição geográfica feita na época, pelas autoridades.

Portanto ela abordou os municípios de Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó, sendo que eles foram criados após o fim do Conflito/Guerra do Contestado. A autora coloca que, o “período estudado é permeado pelas tensões entre a manutenção das práticas socioculturais por parte dos teutos e ítalo e pela necessidade de renegociá-las em nome da construção de uma memória pública nacional” (NODARI, 2009, p.20).

O espaço geográfico que passou a corresponder a Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó a partir de 1917 foi delimitado em 1916 pela intervenção de Wenceslau Braz, presidente da República, o que culminou em um acordo, assinado pelos governadores de Santa Catarina e Paraná. Esse acordo “dividiu a área ‘contestada’ em duas partes, cabendo ao Paraná 20.000 quilômetros quadrados e a Santa Catarina os outros 28.700 quilômetros quadrados” (NODARI, 2009, p.28) e foi reconhecido pelas assembleias estaduais dos respectivos estados em 1917, obstante as insatisfações populares. A área correspondente a Santa Catarina foi colocada pelo governo estadual como prioritária na questão de povoamento para garantir a posse desse território. A metade da área que ficou com Santa Catarina formou os municípios de Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba, sendo que a população nesses locais era muito pequena. Nessa área foi provocado um processo de colonização e povoação por meio da liderança do estado de Santa Catarina, que como já foi citado tinha o interesse de assegurar a posse da região por meio da povoação, e para isso fez acordos com as companhias colonizadoras, que receberam terras devolutas em troca da construção de estradas e do estabelecimento dos colonos imigrantes e migrantes na região, por meio das vendas dessas terras (NODARI, 2009, p.26 - 28).

Segundo Arlene Renke e Silvana Winckler, no artigo *Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense* (2017, p.313-314), essas companhias colonizadoras venderam lotes de terras, a chamada colônia, que era uma pequena propriedade e assim o território foi ocupado. Essas colônias foram vendidas para os colonos de origem, que correspondem aos descendentes de poloneses, italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul. Esses migrantes sul-rio-grandenses, compraram centenas de colônias com caráter de pequena propriedade, o que acabou desalojando um campesinato para dar lugar a outro, ou seja, as colonizadoras expropriaram as terras que eram ocupadas pelos caboclos, os nominando de intrusos, acarretando no fim dos faxinais⁵ e no uso intensivo do solo pelos agricultores compradores dessas terras. Houve uso de força policial e pressão por parte das colonizadoras para expulsar os caboclos, sendo que uma parte deles foi trabalhar nas madeireiras ou ervateiras

⁵ É um sistema camponês tradicional de produção agrícola e animal presente no Sul do Brasil, especialmente no estado do Paraná.

e outros foram para terras nas quais as colonizadoras ainda não tinham chegado, sendo algumas no Paraná ou em terras menos concorridas na época (RENK; WINCKLER, 2017, p.315).

Conforme Nodari:

Com o deslocamento da fronteira, como é o caso do Oeste catarinense, a partir das primeiras décadas até a metade do século XX, cria-se, nessas áreas, não somente uma história de destruição do antigo modo de vida de seus ocupantes anteriores, de devastação da floresta, mas também uma história de resistência, de protesto daqueles que estão habitando a área, nesse caso os caboclos e, ainda, de sonhos e de esperanças daqueles que estão adentrando na fronteira, ou seja, os teutos e ítalo, que tentam recriar na região a sua cultura étnica. Torna-se uma história de confrontos étnicos, além do confronto de técnicas antigas e novas, como bem analisa Martins (1996) (NODARI, 2009, p.59).

Segundo Renk e Winckler (2017, p.308) “estatística e socialmente, o oeste catarinense é reconhecido como território constituído de pequenas propriedades rurais. Enquanto tal essa é uma construção relativamente recente”. As autoras usaram como recorte para o oeste catarinense “o território compreendido pelo município de Chapecó, criado em 1917, com a área de 14.000 km², que atualmente, abrangeria, a leste, a área entre os municípios de Vargeão e Abelardo Luz até a fronteira com a Argentina” (RENK; WINCKLER, 2017, p.317). Anchieta, município que é foco de estudo do presente trabalho foi municipalizado em 1963 e está inserido na região do oeste catarinense.

2.2 Processos de migração, colonização e constituição da agricultura familiar em Anchieta – SC

Anchieta, é um município localizado no extremo oeste de Santa Catarina, com uma população estimada de 5721 pessoas. No Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 a população era de 6380 pessoas. Sua área total é de 231700 km² (IBGE, 2017). Está localizado a 740 km de distância de Florianópolis, capital do estado e há apenas 68 km do município argentino Bernardo de Irigoyen. Anchieta possui clima mesotérmico, com estações definidas e geadas no inverno e uma altitude média de 710m do nível do mar. No Censo 2000 possuía 7133 habitantes, dos quais: 2443 na área urbana (34, 2%) e 4690 na área rural (65, 8%). Sua cobertura vegetal é caracterizada pela Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) e pela Floresta Estacional Decidual (Floresta Subtropical) (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.9-10).

Figura 1 – Localização geográfica de Anchieta – SC.



Fonte: LOCALIZAÇÃO DE ANCHIETA EM SANTA CATARINA. In: Wikipédia. 2019, s.p. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_\(Santa_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_(Santa_Catarina)). Acesso em: 20 maio 2019.

O livro *Anchieta: história, memória e experiência, uma caminhada construída pelo povo* (CANCI; BRASSIANI, 2004), foi organizado e publicado por uma equipe profissional interdisciplinar de munícipes de Anchieta como forma de contribuir com a preservação de vários aspectos sociais, econômicos e culturais da história do município, desde os seus primórdios. Há depoimentos orais de vários moradores antigos de Anchieta, conhecidos como “pioneiros” e/ou colonizadores. Eles fazem parte das primeiras famílias que vieram para o município na primeira metade do século XX ou a partir da segunda metade deste século, principalmente por meio das empresas colonizadoras. Por meio dos relatos dessas pessoas muitas informações sobre as primeiras migrações para Anchieta, o processo de colonização e início da agricultura familiar no município foram registradas; também há informações sobre o cultivo e troca de várias espécies de sementes crioulas. Esse livro é considerado a principal fonte sobre a história de Anchieta no século XX e início dos anos 2000.

O atual território de Anchieta foi ocupado por duas frentes migratórias na primeira metade do século XX. Uma era composta por descendentes de alemães, italianos e poloneses vindos do Rio Grande do Sul e de diversos municípios catarinenses, que entraram a partir dos municípios catarinenses de São Miguel do Oeste e Guaraciaba. A outra frente, menor e mais antiga que a primeira, possivelmente era composta por pessoas egressas da Guerra do Contestado, da República da Argentina, da região de Dionísio Cerqueira e do estado do Paraná. Elas entraram em Anchieta a partir dos atuais municípios catarinenses Campo Erê e Palma Sola. (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.5).

Salienta-se que havia a presença indígena em Anchieta até o começo do século XX, inclusive há vestígios arqueológicos dessa presença tanto nesse município como no resto da região oeste. A presença dos chamados pioneiros caboclos ocorreu a partir das primeiras décadas do século citado, no entanto a partir de meados de 1950 a corrente migratória deles diminuiu por conta da vinda dos migrantes catarinenses e gaúchos. Esses caboclos se dedicavam à caça e ao desmatamento para dar lugar ao cultivo de milho para fazer as safras de porco. Estas safras eram as plantações secas que serviam de alimentos para os porcos (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.5).

A corrente migratória que chegou no território atual de Anchieta em meados de 1950 era formada por comerciantes e agricultores que pertenciam em sua maioria as etnias alemã, italiana e polonesa, mas também havia caboclos de possível origem africana e indígena. Essa corrente foi a que ocupou e transformou a paisagem e o território de Anchieta de forma maciça. Segundo os autores, “o desenvolvimento municipal de Anchieta nas dimensões social, econômica, cultural, ambiental e política se deu a partir da integração destas culturas e das formas de colonização e ocupação do território” (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.5-6).

A Vila de Anchieta virou distrito do município de São Miguel do Oeste e posteriormente de Guaraciaba, em 1956, e apenas passou a ser município em 1963. As primeiras atividades econômicas em Anchieta foram ligadas à extração e industrialização da madeira, à agropecuária e ao comércio local (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.16-17). Essas atividades ainda são muito importantes no município.

Por volta do começo da segunda parte do século XX, o atual território rural de Anchieta, por meio de colonizadoras passou a ser medido e dividido em “colônias”, possuindo em torno de 25 hectares cada. A principal colonizadora atuante foi a “Pinho & Terras Ltda, através da coordenação de seu representante regional Olimpio Dalmagro” (CANCI; BRASSIANI, 2004, p. 23)”. Salienta-se que áreas ocupadas pelo primeiros migrantes de Anchieta também foram ocupadas pelas colonizadoras (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.23-24).

Segundo Canci e Brassiani:

Dessa forma, o município de Anchieta nasceu alicerçado em minifúndios de base familiar. Com o crescimento dos filhos dos agricultores e o aumento nos preços das terras em relação a produção, estas colônias em muitos casos sofreram um processo de subdivisão, com o objetivo de abrigar os filhos e/ou filhas casados ou parte destes, nestas áreas. Esse processo de diminuição das áreas de terra iniciou ainda na década de 70 do século passado, estando ainda presente, embora com menos intensidade pela diminuição dos membros das famílias e pelo êxodo rural. Muitos estabelecimentos rurais, estão sem

sucessores hereditários, já que os jovens, em grande medida, têm procurado trabalho como assalariados no meio urbano (CANCI; BRASSIANI, p.24).

A tabela 1 mostra a evolução da estrutura fundiária em Anchieta nos estabelecimentos rurais nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995. Verifica-se que apesar do aumento da concentração de terra, Anchieta possuía até 1995 o predomínio de minifúndios agrícolas. Salienta-se que os estabelecimentos rurais do município, até o ano de 1985 foram caracterizados por um contínuo processo de fracionamento, “quando 81% dos 1436 estabelecimentos existentes naquele ano eram menores de 20 hectares. A partir deste período, houve uma intensificação do êxodo rural, por um lado e por outro a concentração progressiva da terra” (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.25).

Tabela 1 – Evolução da estrutura fundiária do município de Anchieta por extratos de área com o número de estabelecimentos rurais e a área em hectares correspondente, nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

ANO	Total de estabelecimentos rurais e área	Até - 1 ha	1 a – de 2 ha	2 a – de 5 ha	5 a – de 10 ha	10 a – de 20 ha	20 a – de 50 ha	50 há de 100 ha	100 a – de 200 ha	200 a – de 500 ha	MÉDIA
1970	488 10.803 ha	0	2 2 ha	84 312ha	62 500ha	139 1.928ha	162 5.032ha	33 2.283ha	6 745ha	0	22ha
1975	922 16.183 ha	10 5 ha	15 20ha	93 302ha	219 1479ha	283 3.788ha	262 7.655ha	37 2.339ha	2 205ha	1 390ha	17,55ha
1980	1.343 19.837 ha	12 6 h	44 59ha	258 927ha	299 2260ha	403 5.599ha	289 8.353ha	34 2.114ha	4 514ha	0	14,80ha
1985	1.436 20.403 ha	9 3 ha	60 55ha	248 904ha	372 2796ha	470 6.549ha	265 7.712ha	26 1.613ha	3 478ha	1 270ha	14,21ha
1995	1.159 21.243 ha	14 6 ha	25 34ha	97 348ha	236 1.803ha	452 6.224ha	280 8.174ha	45 2.832ha	7 912ha	3 890	18,32ha

Fonte: Canci e Brassiani (2004, p.25).

Na agricultura familiar de Anchieta ainda há muitas famílias que cultivam e preservam sementes crioulas, assim como as que trocam e/ou comercializam com outras pessoas, mas nas entrevistas que fiz e na dissertação de mestrado de Rosicleide Gofi⁶, intitulada *O processo de sucessão familiar em famílias guardiãs de sementes crioulas: estudo de caso no município de Anchieta/SC* (2017) é constatado que em relação a sucessão familiar entre os guardiões de sementes crioulas em Anchieta não há muitas perspectivas de continuação das atividades agrícolas pelos mais jovens, por conta da buscas dos mesmos por trabalhos no meio urbano e para estudar em universidades com aulas presenciais. No entanto estão sendo feitos seminários para os jovens agricultores sobre a importância do trabalho deles para a preservação das

⁶ Gofi é natural de Anchieta, de uma família de agricultores que preserva sementes crioulas há décadas (GOFI, 2017)..

sementes crioulas e de uma agricultura sustentável, com apoio da prefeitura municipal e de outras instituições.

Na tabela 2 consta a população rural e urbana de Anchieta nos anos de 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000, em comparação com a região extremo oeste catarinense. Constata-se que a população rural de Anchieta teve um aumento entre os anos de 1980 e 1991, mas houve um declínio a partir do ano de 1996, assim com um aumento elevado da população total (a rural e a urbana) entre o ano de 1970 e 1980 e um declínio da população total a partir de 1991 até o ano 2000, o que reflete o contínuo êxodo rural e urbano no município.

Tabela 2 - População residente no município de Anchieta nos anos de 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000 com taxa de urbanização e densidade demográfica comparativa com a região do extremo oeste catarinense e com o estado de Santa Catarina no ano de 2000.

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE					DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)
	RURAL		URBANA		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%		
1970	4.392	78,4	1.212	21,6	5.604	19,8
1980	7.229	71,5	2.882	28,5	10.111	35,7
1991	7.214	75,1	2.385	24,9	9.599	33,9
1996	5.659	70,2	2.401	29,8	8.060	35,1
2000	4.690	65,7	2.443	34,3	7.133	31,1
Extremo Oeste (2000)	-	50,7	-	49,3	-	42,3
Santa Catarina (2000)	-	21,3	-	78,7	-	56,2

Fonte: CANCI e BRASSIANI (2004, p.23).

Em Anchieta o milho foi o primeiro cereal plantado. Ele era a espécie mais cultivada no município, em área, segundo referências de 2004, além da bovinocultura de leite e a produção de milho serem atividades destacadas no município e que mais envolviam agricultores, ainda em 2004, agitando a economia local (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.18-19). Essas atividades ainda são destacadas no município.

O município possui fábricas de móveis de madeira, do ramo metal mecânico e de tecidos. Também possui moinhos de farinha de milho e de trigo e diversas pessoas são artesãs. Ainda possui comércio diversificado e um setor de serviços em estruturação (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.20). Hoje em dia Anchieta está tendo destaque com o turismo ecológico, com o apoio da Prefeitura Municipal, de famílias de agricultores, de empresários e empreendedores do município e da região. Destaca-se a empresa Ar Livre Ecoturismo, que oferece passeios guiados pelas mais de 100 cachoeiras existentes em Anchieta e nas piscinas naturais, além de uma rota dos cânions, de voos de balão e refeições de comidas típicas da região. Também está sendo estruturado um roteiro gastronômico rural no município.

Anchieta, desde os primórdios de sua colonização possui uma grande riqueza de cultivo das sementes crioulas entre as famílias agricultoras. Essas sementes são muitas vezes oriundas de membros de suas famílias de origem e dos municípios que viveram antes de migrarem para Anchieta ou são obtidas por troca com os vizinhos e em feiras. Essa relação de cultivo e preservação passou por grandes dificuldades a partir da chegada do pacote tecnológico resultante da Revolução Verde, a chamada modernização da agricultura, no município, na década de 1970 (CANCI; BRASSIANI, 2004). No depoimento oral do agricultor Tranquilo da Silva Martins essa situação é visível, ao se referir a época de desmatamento e de colonização em Anchieta, em que os milhos crioulos e outras espécies eram amplamente cultivadas, mas a partir da década de 1970 o milho híbrido e os adubos químicos começaram a ter força no município.

As roças eram assim: entrava num lugar e derrubava o mato e só plantava e colhia. Colhia um pouquinho só e depois soltava os porco comê. Era plantando o tal “milho polenta”, era um grão comprido, bem amarelinho e não carunchava (...). Só que as roças, a metade a gente comia e os porco comia e a metade os bicho do mato comia. Plantamos desse milho, até o ano 70, que apareceu o milho híbrido. Paramos de plantar aquele porque daí ele pegou a natureza que não era mais boa pra ele (terra e inços). Já vem esses modelo novo, selecionado e aquele hoje só dá falha, não dá mais coisa que presta e a terra inçada, hoje ocupa adubo, uréia, essas coisas, já tem que ter esses milhos selecionados (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.54).

Tranquilo da Silva Martins, agricultor aposentado, prestou depoimento para Ivanildo Brassiani e Ivan José Canci em janeiro de 2002. Na época Tranquilo tinha 69 anos e residia na Linha Primavera, interior de Anchieta, sendo que seu pai veio para o município na década de 1930 (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.53).

Segundo dados da década de 1980, o consumo de agrotóxicos e adubos químicos ainda não era majoritário em Anchieta.

Sobre a evolução da nossa economia e das tecnologias utilizadas na agricultura, interessante assinalar que no ano de 1980, dos 1343 estabelecimentos rurais existentes na época, somente 267 utilizavam adubo químico e apenas 445 usavam agrotóxicos nas lavouras (ORO et al, 1982) (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.21).

Conforme dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), em Anchieta há 703 estabelecimentos agropecuários, sendo que em 628 deles há o uso de agrotóxicos e apenas em 51 não. Em 381 há o uso de adubação química; em 44 o uso de adubação orgânica; em 205 o uso de adubação química e orgânica e 75 não utilizam adubação. Recebem assistência técnica 291 e não recebem 412. Esses estabelecimentos ocupam 1788

peessoas, sendo 1664 com laço de parentesco com o produtor. Há destaque na produção de milho, cana de açúcar, mandioca, leite de vaca e carne de bovinos.

No trecho a seguir Tranquilo menciona as trocas de sementes crioulas entre os vizinhos, a diversidade de sementes e a chegada dos milhos híbridos.

Para vender os produtos não tinha comércio, o milho era trocado de um com o outro e feijão emprestava quando o vizinho não tinha. As sementes eram assim: esse milho comum não caruncha, ficava dois anos no paiol, e era tirado o pé e a ponta e debulhava aquelas espigas melhores. Pegava as mais grande e tirava o pé e a ponta. Tinha dois ou três tipos, tinha um tal de milho branco, tinha o amarelão e tinha o polenta. Tinha o mato grosso, mas esse já era depois, esse não aprovou muito porque dava muito miudinho, o outro dava ‘espiga véia’ assim! O palha roxa tinha também. Quem trouxe a semente de outro milho (os híbridos) foi os Piccoli, faziam troca-troca [...] (CANCI, 2004, p.56).

Em relação a chegada do milho híbrido em Anchieta, a família Piccoli teve papel de destaque, como constata-se em vários depoimentos presentes no livro referido *Anchieta: história, memória e experiência, uma caminhada construída pelo povo* (2004). Membros dessa família possuíam comércio desde que chegaram em Anchieta, por volta da década de 1950. No depoimento de Domingos Tabaldi, pequeno agricultor que cedeu entrevista para Ivanildo Brassiani em janeiro de 2002, residente na Linha Cordilheira (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.72-78), ele aponta “os Piccoli” como compradores de sementes por conta da falta de criação (animais) que poderiam comer esses milhos, além de ressaltar em seu depoimento a diversidade dos milhos, feijões e trigos plantados e o sucesso das colheitas.

Na época, a primeira plantação era boa, tudo terra nova, então a gente não ocupava, pra bem dizer, nada. Até desde o milho, a gente plantava milho comum, milho velho, milho dos antigo ainda, não tinha semente selecionada nada... Se plantava o tal de *cunha*, *amarelão* esses tipo de milho como tem no Sindicato hoje. Dava bem... A maioria do milho era vendido, porque ninguém tinha criação, bem dizer. Já tinha quem comprava, desde quando entraram os Piccoli ali, já começaram comprar alguma coisa.

Feijão que a gente plantava ali era o feijão preto. Tinha um tal de *taquara*, tinha outros tipos também. O feijão dava! O feijão naquele tempo lá a gente até colhia uma bolsa por quilo. Uma bolsa por quilo colhia mesmo! Não usava nada! E dava bem!

Se plantava trigo também. Tinha vários tipos de trigo, mas era um tal de *frontana*, *milagroso*, tinha o tal de *ardido*, o *furbo* também tinha sim. Tinha do *lageadinho* e *peladinho* também. O trigo dava bem aqui! (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.74-75).

Domingos Tabaldi ainda afirma que as sementes crioulas se adaptam melhor ao solo que as sementes híbridas, além de ser possível obter sementes crioulas todo ano a partir da

própria colheita e que houve agricultores que trouxeram sementes consigo quando migraram para Anchieta. Além de afirmar que os milhos híbridos exigem adubação química para terem sucesso na colheita, ao contrário do milho crioulo, que precisava apenas de uma terra boa e fértil para crescer, algo que é mais difícil atualmente:

A semente, uns quando vieram morar trouxeram semente e senão se a gente queria outros tipos de semente, negócio de trigo, pra plantar o primeiro ano tinha que vir de fora (...). Depois que plantava o primeiro ano dava pra tirar semente. Dava bem tudo. A semente antiga (crioula) não é que não dá mais, o que faz tudo é a terra, daria. Mas o caso é que tu pega um pedaço de terra nova, o que é difícil encontrar, se pegasse um pedaço de terra nova (fértil) e plantasse esse milho aí, ele dava bem também. Nas terra usada ali, então esse milho comum, não dá mais. Ele não se adapta com esse negócio ali (veneno, adubo químico). Pode ser que só com o esterco, pode ser que ele venha melhor. Ele quer terra natural, terra nova, porque terra velha já tenho visto aqui, plantaram o mesmo sistema (convencional) que esse outro tipo de milho e ele não deu. Parece que ele avisa, até se esquece de botar a espiga, e não se adapta... Esse milho híbrido ali, senão botar nada ele não dá nada. Se não é ajudado com adubo e ureia, essas coisas aí, ele dá muito sapeca. Ele já vem dependendo dessas coisas aí, não adianta... Antigamente se colhia bem, se tiver terra boa o milho crioulo dá bem também [...] (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.75).

A vinda do pacote tecnológico da Revolução Verde para Anchieta, principalmente dos milhos híbridos e dos agrotóxicos, na década de 1970 está inserida em um contexto regional, nacional e internacional amplo, de fortalecimento desse pacote, que passou a ser implantando em Santa Catarina a partir da década de 1950, como veremos no próximo capítulo.

3 REVOLUÇÃO VERDE, AGRICULTURA ALTERNATIVA E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS: REFLETINDO EM SANTA CATARINA

Neste capítulo são abordados os impactos negativos para a agricultura familiar brasileira do pacote tecnológico resultante da modernização da agricultura, essa conhecida como Revolução Verde, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Também são discutidas as ações de movimentos e atores sociais para reverter esses impactos, buscando retomar um modelo de agricultura sustentável.

Primeiramente há uma breve contextualização do campo das sementes, incluindo os aspectos econômicos e sociais em torno dos tipos de sementes e da indústria de sementes e agroquímicos, a nível mundial. Também é discutido o contexto de criação, desenvolvimento e fortalecimento dos movimentos de agricultura alternativa no Brasil, a partir da década de 1970, que passaram a ser denominados de orgânicos ou agroecológicos em meados da década de 1990 e também aspectos da criação e do fortalecimento dos movimentos sociais rurais de Santa Catarina, a partir do fim da década de 1970. Todos esses movimentos têm papel de destaque no fortalecimento da agricultura familiar autônoma, orgânica e agroecológica, sendo que os agricultores e agricultoras de Anchieta que participaram do processo histórico do resgate das sementes crioulas participaram e/ou ainda participam de movimentos sociais rurais e/ou de organizações e grupos rurais.

3.1 Revolução Verde e seus impactos em Santa Catarina

É importante apresentar um contexto histórico do campo das sementes a nível mundial ao se estudar e escrever sobre sementes crioulas, agricultura familiar e modernização da agricultura. A seguir destaca-se aspectos econômicos e sociais envolvidos nas culturas de sementes crioulas, híbridas e transgênicas e a origem e fortalecimento das indústrias de sementes.

As sementes crioulas são as sementes nativas que foram melhoradas de forma manual pelos pequenos agricultores, por gerações, e os saberes que envolvem o cultivo de sementes crioulas fazem parte de uma cultura construída pela humanidade (CAMPOS, 2006, p.5). No Brasil elas são mais conhecidas como sementes crioulas, mas em outras partes do mundo elas recebem outros nomes, como sementes nativas e sementes de origem (SEMENTE, 2016)⁷.

⁷ Ver o documentário: Semente: a história nunca contada (2016). Esse documentário aborda a grande diversidade de sementes crioulas no mundo, com foco em comunidades indígenas e em grupos de ativistas e pesquisadores,

Canci, Vogt e Canci afirmam que:

As sementes crioulas, são as sementes produzidas pelos agricultores e agricultoras por vários anos, incluindo as variedades tradicionais (cultivadas por tradição) e as variedades locais (introduzidas e adaptadas ao meio dos agricultores). Também há as variedades adquiridas no comércio, desde que não sejam híbridas ou transgênicas (CANCI, VOGT, CANCI, 2004, n.p.).

Segundo a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 as cultivares locais, tradicionais, ou crioulas correspondem a uma:

[...] variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa⁸, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais (BRASIL, 2003, n.p.).

Rosicleide Gofi salienta “que, ‘crioula’ é um termo que não fica restrito a semente em si, mas refere-se também a tubérculos, como de batata e ramas de mandioca, entre outros alimentos” (GOFI, 2017, p.42-43).

Ainda podemos considerar as sementes crioulas como um patrimônio ambiental, por conta da sua rica diversidade genética. Eunice Nodari e Marcos Gerhardt (2016) ao se referirem a grande variabilidade genética de milho crioulo cultivada e conservada por agricultores por muitas décadas no oeste de Santa Catarina, apontam que:

Essa grande variedade local, um patrimônio, é resultado da complexa combinação entre as características naturais do milho, o trabalho sistemático de cultivo da planta, o conhecimento produzido pelos grupos humanos e a adaptação às condições edafo-climáticas locais. Natureza e cultura estão combinados, portanto. Isso permite classificar o oeste de Santa Catarina como um micro centro de diversidade de milho, ou seja, uma área geográfica muito restrita onde uma expressiva diversidade foi acumulada no decorrer do tempo (Costa, Silva & Ogliari 2016). Neste e outros milhares de locais, os humanos intervêm para que espécies de plantas e animais adquirissem propriedades características, grande parte delas únicas, em locais fora do centro de origem das mesmas.

A biodiversidade pode ser, por isso, um patrimônio ambiental, tanto aquela de origem estritamente natural quanto a produzida por uma combinação da natureza com o cultivo humano (NODARI; GERHARDT, 2016, p.61).

principalmente do EUA que trabalham pela sua preservação, visto que a maior parte das variedades já foram perdidas.

⁸ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Conforme Serinei Grígolo (2016, p.47-48), as sementes híbridas são originadas pelo processo chamado hibridização, que consiste em cruzar linhas puras para criar variedades de sementes que tenham maior rendimento do que qualquer um de seus pais, mas este tipo de semente não revela a sua origem, e como o vigor híbrido não é transmitido para seus descendentes assegura-se à indústria a propriedade sobre a inovação, obrigando o agricultor a comprar as sementes todos os anos, se desejar obter o mesmo resultado.

Grígolo ainda aponta que, as sementes transgênicas, as modificadas geneticamente pela transgenia, foram feitas para produzirem em menos tempo e para diminuir as características indesejadas. Houve três linhas de melhoramento por meio da biotecnologia: uma que tornou as plantas resistentes a insetos, agrotóxicos e estresses ambientais; outra que incrementou nutrientes nas plantas e outra que levou as plantas a produzirem combustíveis, elementos não tradicionais e elementos fármacos (GRÍGOLO, 2016, p.58).

Conclui-se que, o campo das sementes é composto por dois polos, sendo:

[...]um polo especializado em produzir sementes de forma industrial, com profissionais da área, com maior poder de decisão sobre as regras e as estruturas do campo. Possui no outro polo, agentes contestatórios, que lutam para subverter a lógica impressa pelos agentes dominantes e estabelecer novas classificações das sementes e do mundo, no sentido de controlar e validar principalmente as sementes crioulas como — semente (GRÍGOLO, 2016, p.34).

A naturalização das sementes industriais é produto de um processo histórico, sendo que, as primeiras indústrias de sementes surgiram na França, no século XVIII. Nos anos 1800 surgiram os laboratórios e regras de análise laboratorial para as sementes, e também as legislações para sementes. As primeiras informações sobre sementes híbridas foram propagadas no início do século XX. Em 1921, foi liberado para a comercialização nos Estados Unidos o primeiro milho híbrido, financiado por empresas privadas, o que as fortaleceu. A Revolução Verde, principalmente a partir da 2ª metade do século XX expandiu para os países em desenvolvimento o seu pacote tecnológico, incluindo o uso de variedades híbridas, com interesses voltados ao crescimento econômico das multinacionais de sementes (GRÍGOLO, 2016, p.38-57).

Horácio Martins Carvalho (2003, 174-175), afirma que, por milhares de anos os pequenos agricultores plantaram diversas variedades alimentícias em seus territórios, em solo fértil e reciclando o material orgânico, portanto uma boa agricultura tinha ligação com o conhecimento dos agricultores sobre o ambiente que plantava. Com a Revolução Verde, houve

o advento da agricultura industrializada, baseada em monocultura intensiva e uso de químicos, que predomina na agricultura mundial atualmente. Entre as décadas de 1970 a 1990 a produção de alimentos aumentou, mas não diminuiu os índices de fome entre a população mundial, ao contrário, eles aumentaram. Esse aumento foi causado pela desigualdade de acesso aos alimentos e aos recursos de produção alimentar.

Nos anos 1960 e 1970, houve aquisição de empresas sementeiras pelas indústrias farmacêutica, petroquímica e empresas alimentares. Nas décadas de 1980 e 1990 houve a consolidação da biotecnologia, sendo que a primeira planta geneticamente modificada foi feita em 1982. Com a transgenia houve o aumento do mercado de sementes (GRÍGOLO, 2016, p.58-60). Ficou evidente na década de 1980 a associação entre a dependência de insumos de origem animal e o sistema de melhoramento genético para a seleção de variedades de alto-rendimento. (GRÍGOLO, 2016, p.73).

O professor e engenheiro agrônomo, Manoel Baltasar Baptista da Costa, aponta em seu livro *Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas* (2017), que:

A genética se constitui em área central à determinação do padrão tecnológico; e a partir do momento em que as indústrias químicas passaram a absorver o setor produtor de sementes, a orientação imprimida foi no sentido dos pacotes tecnológicos, buscando associar as sementes aos insumos químicos. Exemplo claro de tal orientação são as variedades transgênicas tolerantes a um herbicida específico, que levam o agricultor a depender de uma única empresa ao adquirir o germoplasma “empacotado” para determinado herbicida, por exemplo (COSTA, 2017, p.113).

Costa ainda afirma que, a Revolução Verde é um processo de modernização da agricultura que tem suas origens no fim do século XIX nos EUA, a partir da introdução das tecnologias mecânicas e de adubação química, que também foram adotadas no Japão e em países europeus. Os agrotóxicos entraram nesse processo após a 1ª Guerra Mundial, por conta do desenvolvimento das armas químicas. Esse processo teve uma rápida difusão, por conta de sua alta produtividade de produção e de trabalho. No entanto, essa “moderna agricultura” começou a ser questionada já na década de 1930 por parte da comunidade científica estadunidense por conta de erosões maciças do solo que aconteceram em regiões dos EUA, causadas pela mecanização intensiva (COSTA, 2017, p.23-24).

No Brasil e em diversos países do “Terceiro Mundo” o padrão tecnológico da Revolução Verde chegou após a Segunda Guerra Mundial, tendo mais expressão a partir da década de 1960. Ao fim dessa guerra ficou ocioso o complexo petroquímico e mecânico, que passou a

buscar “novos mercados para sua produção industrial”, sendo que o mais promissor era a agricultura do “Terceiro Mundo” (COSTA, 2017, p.27).

Portanto, no Brasil, a agricultura passou a ser orientada pelos padrões da Revolução Verde, a partir da década de 1960, “com o Estado fomentando e subsidiando a adaptação do modelo tecnológico químico – mecânico, desenvolvido originalmente para as realidades temperadas e frias, nas condições tropicais e subtropicais” (COSTA, 2017, p.22). Dessa forma a fronteira agrícola brasileira foi expandida, aumentando a produção e a produtividade agrícola, porém vários processos foram intensificados, como o desmatamento, a mecanização, as monoculturas, o consumo de agrotóxicos e de fertilizantes industrializados. Nos dias de hoje, os maiores impactos da implantação desse padrão tecnológico são ecológicos e sociais, como “os problemas de erosão e degradação do potencial produtivo dos solos, o assoreamento dos mananciais e a redução da disponibilidade hídrica, o incremento dos problemas fito e zoossanitários e a expansão das monoculturas [...]” (COSTA, 2017, p.22-23).

Importante ressaltar que a nível mundial “foram criados os Centros Internacionais de Germoplasma (CIAT, CIMYT, IRRI, CATTE etc.), com o propósito de concentrar, colecionar e distribuir o germoplasma coletado no mundo.” Esses centros “passaram a reciclar os melhoristas do Terceiro Mundo, e a determinar/induzir a orientação do melhoramento genético em âmbito mundial”. Eles foram propagados como uma solução para o problema da fome no Hemisfério Sul ser superado, no entanto o objetivo maior era consolidar o mercado de “germoplasma, insumos e máquinas produzidas pelo complexo petroquímico e mecânico transnacional” (COSTA, 2017, p.28).

Costa aponta que:

O modelo convencional da agricultura industrial enfatiza a aplicação de um paradigma científico reducionista, centrado em variedades de alta produtividade que dependem da aquisição do pacote químico, mecânico e energético. Sua difusão se deu de forma homogênea, em um contexto de grande diversidade ecológica, étnica e socioeconômica, apoiada por agências internacionais de desenvolvimento (Usaid⁹ e Bird¹⁰), por políticas de crédito e subsídios, por estruturas de ensino, pesquisa e extensão rural nacionais, além das companhias transnacionais que, em seu conjunto, estimulam e promovem o uso de agroquímicos.

Nas últimas décadas, o processo de hegemonia do segmento agroindustrial se ampliou com a apropriação privada do germoplasma e o desenvolvimento e difusão de espécies transgênicas, colocadas na natureza sem o devido conhecimento e segurança científica quanto a seus potenciais impactos biológicos, ecológicos e sociais (COSTA, 2017, p.29).

⁹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

¹⁰ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Vandana Shiva, física e ativista ambiental, afirma que os projetos de modernização na agricultura introduzem safras monocultoras e uniformes “nos campos dos agricultores e destroem a diversidade das variedades locais” sendo que, “a produção baseada na uniformidade passou a ser, portanto, a maior ameaça à sustentabilidade e à preservação da biodiversidade” (SHIVA, 2002, p.160).

A autora ainda aponta que é equivoco afirmar que a diversidade está ligada a baixa produção, enquanto que a monocultura estaria ligada a alta produtividade, pois essa categoria de medição de produtividade não é neutra e nem científica, ela é tendenciosa, pois distorce a realidade em nome dos interesses econômicos e comerciais das grandes empresas sementeiras (SHIVA, 2002, p.163-167). No “Terceiro Mundo”, há grupos que,

estão questionando os falsos conceitos de obsolescência na produção agrícola, que necessariamente, geram a insustentabilidade. Estão lutando pela diversidade de sementes usadas pelos agricultores há séculos e fazendo delas a base de uma agricultura futurista, autossuficiente e sustentável (SHIVA, 2002, p.176).

Conforme Costa (2017, p.8), no Brasil há um apoio central das políticas públicas brasileiras ao padrão tecnológico da Revolução Verde, que é muito agressivo ao meio ambiente e dependente de energia externa. Esse padrão está promovendo a excessiva intensificação das monoculturas, do desmatamento, do uso intensivo do solo e dos agroquímicos, especialmente os agrotóxicos. No entanto, no país também está avançando um padrão tecnológico pelo viés da agroecologia, principalmente na agricultura familiar. A agroecologia é uma área da ciência que “se fundamenta na compatibilização dos processos produtivos agrícolas com a conservação do ambiente e dos recursos naturais – na eficiência produtiva e energética, e em distribuição mais justa dos alimentos e da renda gerada a partir da produção primária” (COSTA, 2017, p.8).

Ainda conforme Costa,

A agricultura brasileira conta com um segmento empresarial de médio e grande porte e com a agricultura familiar, o primeiro mais voltado à exportação e o grande beneficiário das políticas públicas; a segunda, não obstante ser responsável por cerca de 70% do abastecimento interno, conta com um apoio diminuto, à luz de sua expressão produtiva, econômica e social (COSTA, 2017, p.14).

Miguel de Carvalho, Eunice Nodari e Rubens Nodari, no artigo “*Defensivos*” ou “*agrotóxicos*”? *História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002* apontam que o governo brasileiro, a partir da década de 1950, criou uma estratégia para convencer os agricultores do país a usar as tecnologias vindas do pacote da

Revolução Verde, por meio da criação de escritórios de assistência técnica, inspirados por métodos de extensão rural realizados nos Estados Unidos da América. Então foram contratados diversos profissionais, entre eles engenheiros agrônomos e veterinários. Em 1957 foi criada em SC a Associação de Crédito e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) que passou a subsidiar, por meio da ditadura militar, um amplo sistema de crédito rural para essas tecnologias serem implantadas. Os autores afirmam que no *Relatório de Atividades* da ACARESC do ano de 1957 há entre os projetos o intitulado *Milho híbrido* (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.78). Salienta-se que em 1991 a ACARESC foi substituída por outro órgão de extensão rural, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.81).

Segundo o historiador Claiton Márcio da Silva o fortalecimento do pacote tecnológico da Revolução Verde em Santa Catarina entre a juventude rural, especialmente a do oeste catarinense, foi devido a implantação do programa de extensão rural, *Programa dos Clubes 4 – S¹¹*, que já vinha sendo implantado no Brasil desde a década de 1950. Esse programa foi implantado em Santa Catarina durante a ditadura militar, com forte atuação na segunda metade da década de 1970, disseminando as práticas de uso de sementes híbridas e agrotóxicos. No entanto a forte atuação dos movimentos sociais rurais, “no contexto da abertura política trouxe críticas a esta forma de trabalho, identificada com o processo de exclusão dos agricultores, resultando na diminuição significativa dos Clubes 4 – S”. (SILVA, 2010, p.37). Esses clubes são baseados nos Clubes 4-H, que passaram a ser espalhados nos EUA, no início do século X com o objetivo de inserir novas tecnologias e nova técnicas entre os jovens do meio rural (SILVA, 2010, p.37).

O objetivo dos clubes 4 - S centrava-se em moldar jovens rurais com disciplina, alinhados ao processo de industrialização e aos interesses da nação, através da disseminação do pacote tecnológico da modernização da agricultura e da racionalização das técnicas agrícolas (SILVA, 2010, p.38). Esses clubes se legitimaram por meio de um discurso que considerava a então agricultura praticada como um obstáculo ao desenvolvimento (SILVA, 2010, p.43). Os conhecimentos agrícolas tradicionais ligados a agricultura extensiva (itinerante) e a de subsistência foram deslegitimados para inserção dos insumos que eram considerados modernos e tecnológicos (SILVA, 2010, p.44).

Na década de 1970 já era expressivo o processo de modernização da agricultura em Santa Catarina, o que ocasionou um intenso êxodo rural, como ocorreu em outras regiões do

¹¹ Esta sigla significa Saber, Sentir, Servir e Saúde, sendo uma adaptação brasileira da sigla estadunidense 4 – H (Head (cabeça), Heart (coração), Hands (mãos) e Health (saúde) (SILVA, 2010, p.39).

Brasil. A forte produtividade desse processo, como já citado pelos autores, foi decorrente das grandes quantias de crédito rural concedidas aos agricultores, sendo um exemplo “a lei n.4.263, de 24 de dezembro de 1968, que criou o projeto ‘Fruticultura em Santa Catarina’, que previa fomento, extensão, pesquisa e defesa fitossanitária, bem como a compra de sementes, matrizes e ‘produtos de defesa sanitária’ com recursos do tesouro do estado” (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.80-81). Portanto foi o crédito subsidiado que possibilitou que os governos estaduais e a sociedade financiassem as indústrias químicas e a consequente contaminação por agrotóxicos, ainda mais que, “partir do início da década de 1970 o Banco do Brasil ‘tornou obrigatória a destinação de 15% do valor dos empréstimos de custeio para aquisição de agrotóxicos’ (FERRARI, 1985, p.27 apud CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.81).

Conforme os autores:

Na publicação da Acaresc *Como modernizar a agricultura e produzir mais alimentos*, de 1974, são apresentados dados demonstrando a produtividade maior da moderna tecnologia, embora tal situação estivesse apoiada em uma “generosa” política de crédito que não resistiu à crise econômica da década de 1980, e que, do ponto de vista ambiental, era insustentável a longo prazo (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.81).

Já na década de 1980 foi repensado o significado do defensivo/agrotóxico na agricultura, pois já estavam cada vez mais evidentes os malefícios dos agrotóxicos para a saúde dos extensionistas e dos agricultores e eram propagadas muitas “dúvidas e preocupações quanto à qualidade dos alimentos consumidos”. No Brasil todo multiplicavam-se experiências de técnicos e agrônomos acerca das consequências malélicas dos agrotóxicos, estas que careciam de estatísticas (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.85). Atenta-se que o termo agrotóxico se tornou mais comum a partir da década de 1980, com uma conotação mais negativa, ao contrário do que ocorreu nas décadas anteriores, o qual era visto como algo mais positivo. Apesar disso, atualmente a noção de agrotóxico como algo positivo ainda é muito usado pela indústria (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.85-86).

Ainda na década de 1980, segundo Carvalho, Nodari e Nodari:

[...] a agroecologia ou outros sistemas de agricultura alternativa não existiam nos projetos governamentais da extensão rural em Santa Catarina e no restante do país. Inexistiam os produtos orgânicos certificados em feiras e supermercados. Entretanto, já existia uma crítica à utilização desses produtos biocidas (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.87).

O amplo contexto ideológico propício aos agrotóxicos em Santa Catarina durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 declinou a partir de 1980, quando emergiu um clima de crítica e insegurança aos agrotóxicos, que ocasionou o advento e defesa da agricultura alternativa, agroecológica ou orgânica. O momento era de crise econômica e redução drástica do crédito rural no Brasil e maior popularidade e circulação de ideias ambientalistas, especialmente em Santa Catarina, o que se refletiu “em legislações ambientais (não só relacionadas aos agrotóxicos) e na criação de órgãos ambientais regulatórios, como o Ministério do Meio Ambiente e os centros de informações toxicológicas” (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.89). No entanto, desde a segunda metade da década de 1990 a agroecologia cresce de forma modesta em Santa Catarina, apesar de haver um grande histórico de críticas aos agrotóxicos no estado, sendo que “as razões do avanço lento da agroecologia em Santa Catarina e no restante do país se devem a fatores de ordem técnica, econômica e política” (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p.88-89).

3.2 Movimentos de agricultura alternativa e movimentos sociais rurais em Santa Catarina

Manuel Baltasar Baptista da Costa, aponta que, no Brasil, na segunda metade da década de 1970 surgiram e foram organizados eventos sobre agricultura alternativa,

[...] promovidos por entidades de classe da agronomia, iniciativas que viriam a ter desdobramentos futuros quanto à sensibilização, capacitação e engajamento dos agrônomos no movimento ambientalista e nos movimentos sociais do campo. Assumia-se o termo agricultura alternativa como abrangente às distintas correntes de contestação ao modelo dominante: agricultura biológica, natural, permacultura, orgânica, biodinâmica, dentre outras (COSTA, 2017, p.60).

Ainda segundo Costa, durante a década de 1970:

O tema da agricultura alternativa passou a sensibilizar um número crescente de profissionais e estudantes das ciências, emergindo, assim, o Movimento de Agricultura Alternativa (MAA), até então composto basicamente por agrônomos e estudantes da área. Na década de 1980 surgiram outras ONGs no campo da agricultura alternativa, com trabalhos em outras esferas (assistência técnica e comercialização, por exemplo) e com outros tipos de agricultores, caso da Associação de Agricultura Orgânica (AAO – SP), Associação Mokiti Okada (MOA – SP), Associação de Agricultura Ecológica do Distrito Federal (AGE – DF), ganhando o MAA em abrangência e pluralidade. (COSTA, 2017, p.72-73).

Importante frisar que em 1983 foi constituído o Projeto de Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Econômica (PTA/FASE), que depois deu origem à Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS – PTA). O PTA foi organizado por profissionais egressos do exílio na Europa, passando a atuar com movimentos sociais rurais em várias regiões do Brasil, incluindo no sul do país (COSTA, 2017, p.72).

A AS – PTA, entre outros suportes à articulação do MAA, auxiliou “na internalização da discussão do padrão tecnológico e da agricultura alternativa nos movimentos sociais do campo, que até então se pautava, pelas lutas e reivindicações nas esferas das políticas agrária e agrícola, mas de apoio à produção nos moldes convencionais” (COSTA, 2017, p.72). Em 1988 a AS – PTA estava atuando em Organizações não Governamentais (ONGs) de 10 estados brasileiros, sendo em três localizadas na região sul, a ser, Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSEOAR), no Paraná; Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), no Rio Grande do Sul e Centro Vianei de Educação Popular (VIANEI) em Santa Catarina (COSTA, 2017, p.75-76).

Segundo Canci (2002), o trabalho do resgate das sementes crioulas também foi influenciado por instituições e movimentos assessorados pelo AS – PTA, principalmente o Centro Vianei de Educação Popular, com sede em Lages e ligado à Rede Milho à Nível Nacional, que prestou assessoria para o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Anchieta (SINTRAF– Anchieta), na década de 1990, para o desenvolvimento do projeto de resgate das sementes crioulas, como será contextualizado e discutido no próximo capítulo.

Durante a década de 1980, nos espaços do poder público, “foram assumidas algumas iniciativas afins aos pressupostos da agricultura alternativa, que viriam subsidiar a expansão das iniciativas de produção orgânica no campo não governamental na década de 1990”, entre elas pesquisas referentes a adubação orgânica em fruticultura e horticultura (COSTA, 2017, p.76). Ocorreram iniciativas relacionadas à agricultura alternativa através da organização de grupos de estudantes de agronomia, trabalhando na investigação de campos da agricultura orgânica e na capacitação de recursos humanos (COSTA, 2017, p.77). Ainda na década de 1990 houve a “expansão dos mercados especializados em produtos orgânicos e agroecológicos, em âmbito nacional e internacional” (COSTA, 2017, p.78).

Ainda conforme Costa:

Em muitos momentos, em âmbito local, estadual e mesmo nacional, iniciativas e ações afins à agricultura orgânica e à agroecologia, até então

restritas ao âmbito das ONGs, adentraram nas estruturas oficiais, no ensino, na extensão, C&T, inclusive por iniciativa de quadros técnicos comprometidos com a busca de um modelo agrícola e tecnológico coerente e compatível com a realidade socioeconômica e ecológica do país.

Com a evolução e o aprofundamento das reflexões sobre o padrão e o modelo agrícola brasileiro, a crítica socioambiental é ampliada e crescentemente qualificada. Os conteúdos e o ideário da Agroecologia passam então a ganhar expressão no MAA, principalmente com o lançamento, pela AS – PTA, em 1989, do livro *Agroecologia: bases científicas da agricultura alternativa*, de autoria de Miguel Altieri (COSTA, 2017, p.80).

Portanto, durante a década de 1990,

[...] os conteúdos da agroecologia passaram a ser internalizados nos debates e incorporados ao ideário de muitas ONGs que atuavam junto aos movimentos sociais do campo, dada a pertinência e aderência de tal proposição com a realidade sociocultural e ambiental dos agricultores familiares brasileiros (COSTA, 2017, p.80).

Um exemplo dessa internalização, são os seminários que os agricultores de Anchieta participaram sobre agricultura sustentável e produção de sementes crioulas, durante a década de 1990, que serão abordados no próximo capítulo.

Serinei Grígolo aponta que a contestação aos transgênicos passou a ter grande intensidade a partir da década de 1990, a nível global. Surgiram movimentos ambientalistas que buscaram aumentar a consciência das pessoas sobre a importância de se preservar os recursos genéticos e a diversidade, denunciando o processo de dominação das sementes e mostrando os meios para contestar esta dominação, estimulando políticas e atividades em níveis locais, regionais e internacionais, pelo mundo, para a defesa dos interesses dos movimentos sociais e dos pequenos agricultores; também foram promovidas ações mundiais contra o consumo e a comercialização de alimentos transgênicos (GRÍGOLO, 2019, p.78-82). No entanto, nos últimos anos foi consolidada no Brasil o uso da transgenia, que passou a ser o padrão de um mercado crescente de produtos transgênicos. Em 2003 foi aprovado no Brasil o cultivo comercial de sementes transgênicas (GRÍGOLO, 2016, p.111).

Membros dos movimentos sociais rurais de Anchieta foram incentivados pelo SINTRAF a trabalhar pelo resgate das sementes crioulas ao longo da segunda parte da década de 1990, sendo que alguns movimentos foram convocados para participar mais desse movimento de resgate a partir da 1ª festa estadual do milho crioulo, no ano 2000, a exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (informação verbal).¹² Para tanto há que se

¹² Informação de Adriano Canci via rede social, em out. 2017.

definir aspectos da organização e dos objetivos desses movimentos de forma geral, para apresentar aspectos históricos dos movimentos de Anchieta.

Conforme a cientista social Ilse Scherer-Warren, em seu artigo *A política dos movimentos sociais para o mundo rural*, podemos definir a rede de movimentos sociais rurais, como formada por práticas políticas, organizadas nos níveis organizacional, articulatório e de mobilização, que objetivam a construção identitária da luta, a definição de opositores sociais ou a definição de adversários, buscando um projeto de transformação política, cultural, social ou sistêmica (SCHERER-WARREN, 2007, p.7). O grande debate por trás da construção de um “Novo Projeto de Nação”, tem entre seus aspectos, o combate as várias formas de subordinação no meio rural, como a mercantilização da reforma agrária, o agronegócio, as empresas transnacionais que objetivam controlar as sementes, o comércio e a produção agrícola. Além de ser promovida uma agricultura que respeite o meio ambiente, que de autonomia aos agricultores e que seja voltada para o mercado interno (SCHERER-WARREN, 2007, p.12-13).

Segundo a engenheira agrônoma e cientista social Nilsa Luzzi, as diferenças existentes no interior do movimento sindical rural se aprofundaram na década de 1980 e se transformaram em projetos políticos diferentes, surgindo as oposições sindicais, estas apoiadas principalmente pelo adeptos da Teologia da Libertação, área progressista da Igreja Católica. Assim começou a ser construída uma nova proposta de sindicalismo rural, sendo que no Sul do Brasil essas oposições sindicais ganharam força no fim da década de 1970 e começo da década de 1980, com a criação de novos movimentos sociais e a retomada das lutas sociais no campo. Em 1983, foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (LUZZI, 2007, p.87-88).

Ainda conforme Nilsa Luzzi, a crise econômica do Brasil que se arrastava desde os anos 1980 provocou a crise agrícola, por meio da redução da oferta de crédito rural, da grande flutuação dos preços agrícolas e da eliminação de subsídios, o que enfraqueceu e empobreceu os pequenos agricultores. Essa crise se agravou ainda mais por conta da liberalização da economia e dos reajustes monetários provocados pelo governo Collor (1990-1992), que provocaram o aumento das dívidas dos pequenos agricultores, tornando o crédito rural um dos principais temas de debate na década de 1990, entre os movimentos sociais rurais. Portanto o sindicalismo rural passou por crise nos fins dos anos 1980 e início 1990 por conta da emergência de várias possibilidades organizativas que romperam com representação unitária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se agravou mais ainda com a crise econômica que o Brasil estava passando (LUZZI, 2007, p.89).

Segundo o professor Odilon Poli, começou em Santa Catarina, especialmente na região oeste, na década de 1970 e percorreu durante a década de 1980, um movimento de renovação

do sindicalismo rural, com o viés do “novo sindicalismo”. Esse novo movimento na região foi alavancado pelo surgimento do Movimento dos Atingidos Pelas Barragens do Uruguai e pelo Movimento dos Sem Terra e também pelas mobilizações à volta da política agrícola e dos preços dos produtos (POLI, 2008, p.76-77). As principais bandeiras de luta desse sindicalismo foram:

[...]a reforma agrária, os melhores preços dos produtos agrícolas, a mudança da política agrícola e a democratização na distribuição de crédito para a agricultura. O movimento destacou-se pela sua intensidade e combatividade e também pelas lideranças que conseguiu projetar dentro do contexto geral dos movimentos do estado e do país, tendo servido de referência também a outras regiões de Santa Catarina e de outros estados (POLI, 2008, p.77).

Odilon Poli (2008, p.71) ao se referir a região do oeste catarinense, em um momento em que a produção camponesa tradicional passava por uma crise e também havia um esgotamento da fronteira agrícola, no início dos anos 1980, aponta que,

[...] surgiram na região intensos movimentos sociais no campo. Alguns deles atingiram repercussão estadual e até nacional, como é o caso do Movimento Sem Terra, do Movimento dos Atingidos por Barragens, do Movimento de Mulheres Agricultoras e do Movimento de Oposições Sindicais, na renovação das diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, para constituir os “sindicatos combativos” ou “sindicatos autênticos”, como se autodenominaram (POLI, 2008, p.71).

Em Anchieta os primeiros movimentos sociais organizados foram: o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA)¹³, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sendo que todos receberam apoio do SINTRAF, tanto para o surgimento deles no município como para intensificar suas lutas. Esses movimentos ainda ajudaram na organização das festas das sementes. O MST em Anchieta foi organizado em prol de uma ocupação que mais tarde se tornou assentamento e assegurou posse de terras para várias famílias, em entre 1985 e 1986. O MMA de Anchieta foi institucionalizado em 1996 e ajudou a promover um curso de sementes de hortaliças crioulas na década de 1990. Em 1998 o SINTRAF incentivou os agricultores a fundar o MPA em Anchieta, sendo o primeiro município do extremo oeste de Santa Catarina que teve um grupo do MPA. Então, o MPA -

¹³Em 2003 o MMA foi ampliado e passou a denominar-se de MMC (Movimento das Mulheres Camponesas (CANCI; BRASSIANI, 2004).

Anchieta também passou a ajudar no resgate das sementes crioulas (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.321-336).

O SINTRAF de Anchieta foi fundado em setembro de 1970, com o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta. Em 1972 o SINTRAF foi filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.340-341). O SINTRAF é mais conhecido a nível regional, nacional e internacional por conta do trabalho de resgate das sementes crioulas que promoveu a partir da década de 1990. O próximo capítulo analisa esse processo profundamente, com base nos capítulos anteriores, que trataram de questões relacionadas as motivações dos munícipes de Anchieta para resgatar as sementes, como a longa relação familiar deles com essas sementes, os impactos negativos do pacote tecnológico da Revolução Verde para a agricultura familiar sustentável e as ações contra este pacote e por soberania da produção agrícola e alimentar, promovidas por movimentos de agricultura alternativa, movimentos sociais rurais e pelos novos ideários dos sindicatos rurais, após a crise do sindicalismo rural brasileiro.

4 RESGATE DAS SEMENTES CRIOULAS EM ANCHIETA – SC: AÇÕES, ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS E ECOS

Neste capítulo o processo histórico do resgate das sementes crioulas em Anchieta é apresentado e discutido, contextualizando as principais ações dos atores, movimentos e instituições sociais envolvidos ao longo do período de 1996 ao começo dos anos 2000, entre elas, reuniões, parcerias, seminários e viagens. São usados como fontes os depoimentos orais feitos pela autora e o livro de Adriano Canci, *Sementes Crioulas – Construindo soberania - A semente na mão do agricultor*, publicado em 2002 e já citado ao longo deste trabalho. As reverberações desse trabalho de resgate também são apresentadas.

4.1 SINTRAF - Anchieta e as ações para o resgate das sementes crioulas: década de 1990

O Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Anchieta (SINTRAF - Anchieta), por meio de seus membros, na gestão que assumiu a partir de 1996, sentiu os impactos do crescimento do comércio de adubos químicos, de agrotóxicos e de sementes comerciais entre os agricultores e agricultoras do município. Essa situação estava levando a perda de autonomia dos mesmos em relação a sua produção alimentar, pois estavam se tornando dependentes do agronegócio. Leucir Carpeggiani, agricultor que assumiu a direção do SINTRAF em 1996, propôs, em reunião com outros membros do sindicato a implementação de um programa de resgate das sementes crioulas em Anchieta, que foi discutido ao longo de 1996 e começou a ser colocado em prática em 1997. Esse trabalho cooperativo do resgate das sementes crioulas de Anchieta iniciado pelo SINTRAF reverberou em programas municipais de apoio à agricultura familiar agroecológica, na capacitação dos agricultores e das agricultoras por meio de seminários, cursos de formação e viagens (CANCI, 2002).

A nova direção do SINTRAF, começou a questionar a neutralidade que tinha no trabalho de base do sindicalismo da época, e passou a discutir a atuação do mesmo em ações concretas para agricultores, pois isso não estava acontecendo. Era ainda, um momento de crise nas finanças do sindicato e de dificuldades na organização e condução do mesmo. Constatou-se que os pequenos agricultores tinham que construir seu projeto para trabalhar a agroecologia e ir as lutas concretas; constataram que era preciso ter autonomia na produção e resgate das sementes crioulas para haver contraponto ao modelo de agricultura tradicional vigente e era necessário denunciar os transgênicos, estes que estavam chegando ao Brasil. Ainda segundo os novos dirigentes era preciso ter adubação verde e a construção de pequenas indústrias (CANCI, 2002).

Adriano Canci afirma que:

O sindicalismo em Anchieta, teve sua euforia em lutas, mobilizava pessoas, ajudava na organização das mulheres, sem terra e pequenos agricultores. Mas com o tempo, começa a surgir um vazio, visto a crise do sindicalismo, e muitos sindicatos, inclusive o de Anchieta, tentam buscar soluções para ajudar os agricultores, seja via assistencialismo, dentista ou troca-troca de sementes híbridas, mas isso não motivava para trazer mais sócios e reforçar as lutas (CANCI, 2002, p.11).

O trabalho de base começou com a apresentação da situação financeira do sindicato e com a definição das sementes de milho crioulo como proposta inicial do trabalho. Em 1997, essas ações foram colocadas em prática, após discussões em reuniões, possibilitando a organização de grupos para produzir sementes e produtos orgânicos. As finanças do sindicato foram recuperadas. Também estava na agenda a promoção de debates sobre a poluição do meio ambiente causada pelo uso de agrotóxicos (CANCI, 2002, p.12-13).

Ações para o resgate das sementes crioulas já haviam ocorrido no sul do Brasil antes do projeto desenvolvido em Anchieta, inclusive serviram como referência para o trabalho no município. Em 1986, na cidade de Lages, ocorreu a primeira reunião que desencadeou no programa de resgate de sementes crioulas em Santa Catarina, por meio do Centro Vianei de Educação Popular. Outra reunião aconteceu em 1987 em Francisco Beltrão-PR. O engenheiro agrônomo Ivo Macagnan, presente nessas reuniões, coordenou inúmeros trabalhos com o milho crioulo em vários municípios catarinenses na safra 1991/1992, articulando com a Rede Milho à nível nacional. E em 1996, esse trabalho de resgate das sementes crioulas começou a ser discutido em Anchieta entre as lideranças do SINTTRAF, com a assessoria de Ivo Macagnan (CANCI, 2002, p.21-26).

O projeto foi colocado em prática, no ano de 1997, de forma gradual. Salienta-se que, o debate sobre agroecologia cresceu na região do oeste catarinense, em 1996, por conta de seminários ocorridos na região sobre o tema. Em 1996, a direção do SINTRAF - Anchieta decidiu contratar o técnico agrícola Cledecir Zucchi, profissional comprometido com a agroecologia, e ele aceitou o convite, mesmo recebendo esporadicamente o salário. Nos anos de 1996 e 1997 aconteceram reuniões nas comunidades rurais de Anchieta, para fortalecer o SINTRAF e a agroecologia no município, a partir da semente crioula (CANCI, 2002, p.21-27) Adriano Canci foi contratado como técnico agrícola do sindicato em 1997 (informação verbal).¹⁴

¹⁴ Informação de Adriano Canci, out. 2017.

Foi lançado em Anchieta, em 1997, o Programa de Produção Própria de Sementes em parceria do SINTRAF com a Prefeitura Municipal, por meio de um convênio. Em junho do mesmo ano, vinte pessoas de Anchieta, entre membros do sindicato e agricultores interessados visitaram o município catarinense Ipumirim para observarem o trabalho de resgate das sementes crioulas que já estava em andamento nesse município e Anchieta ganhou assessoria do técnico agrícola de Ipumirim, Gerson Wildner, por alguns meses (CANCI, 2002, p.27-28). Conforme Ivan José Canci, atual prefeito de Anchieta na gestão 2017-2020, atualmente não há uma parceria oficial entre o SINTRAF e a Prefeitura Municipal para produção de sementes crioulas, mas uma parceria, em trabalho conjunto, através do Fórum das Entidades, este composto por associações rurais do município, como a COOPERANCHIETA¹⁵ e o SINTRAF. A Prefeitura está finalizando uma proposta de lei para criar novamente o incentivo financeiro voltado para a produção de sementes (informação verbal).¹⁶

O início da produção em Anchieta foi com cruzamentos de sementes híbridas, pois não havia materiais crioulos suficientes para a produção. A maioria dos agricultores que foram para Ipumirim organizaram de forma espontânea grupos para produzir sementes em suas comunidades, pois o sindicato já havia lançado a ideia da produção própria de sementes em encontros e seminários anteriores. Em 1998, já com alguns materiais crioulos recuperados, a produção passou a ser só com sementes crioulas. Um maior número de comunidades foram entrando, gradativamente, no projeto, sendo que na safra de 2001/2002 todas as 31 comunidades rurais de Anchieta haviam aderido ao milho crioulo, totalizando 539 famílias no cultivo do mesmo (CANCI, 2002, p.32).

A figura 2 evidencia a colheita de milho crioulo, realizada na comunidade rural Café Filho, em Anchieta no ano de 1998. Esta figura é uma exemplo do grande envolvimento dos agricultores com o projeto de resgate.

¹⁵ Cooperativa formada por famílias agricultoras de Anchieta, voltada especialmente para a comercialização de produtos rurais e/ou orgânicos. Possui uma agropecuária com sede no município de Anchieta. É apoiadora das festas das sementes crioulas e do trabalho com elas. É filiada à Rede Ecovida de Agroecologia.

¹⁶ Informação cedida por Ivan José Canci em jun.2019.

Figura 2 - Colheita de milho crioulo em grupo na Linha Café Filho, em Anchieta, no ano de 1998.



Fonte: Acervo pessoal de Adriano Canci (2019).

A tabela 3 mostra as primeiras áreas de produção de sementes que o Sintraf acompanhou, em 1997, em 15 comunidades rurais. Nota-se que as comunidades Primavera, Nossa Senhora da Saúde, São Cristóvão e São Dimas e Unida foram as que mais produziram sementes, sendo que um maior número de famílias produtoras nem sempre implica uma maior produção de sementes, sendo a comunidade Prateleira um exemplo disso. Esta comunidade colheu 228 kg de sementes, mesmo tendo 13 famílias participando da produção. Enquanto que a comunidade de Santo Inácio tinha apenas 5 famílias que produziram 290 kg de sementes. Salienta-se que a extensão da propriedade, o número de pessoas empregadas na produção e o clima são fatores determinantes para o sucesso da colheita, algo que a autora constatou nas entrevistas realizadas em 2018.

Tabela 3 – As primeiras áreas de produção de sementes em Anchieta – SC, acompanhada pelo Sintraf, em 1997.

Comunidade	Famílias por grupo	Nº de áreas	Datas da 1ª Reunião do Grupo	Kg de Sementes Colhidos
Santo Inácio	5	1	29/07	290
Medianeira	9	1	09/08	264
Prateleira	13 (3 grupos)	3	09 e 17/07 e 11/09	228
Primavera	9	1	29/06	612

Nossa Senhora Saúde	11	1	09/09	906
Taquaraçu Baixo	3	1	08/09	254
São Cristóvão	18 (2 grupos)	2	22/07	1.300
São Dimas	16 (2 grupos)	2	16/06	562
Sete de Setembro	6	1	08/07	154
Santa Rita	4	1	18/08	*
São João	6	1	16/09	72
Unida	10	1	01/10	514
São Domingos	4	1	10/10	*
Café Filho	4	1	28/10	250
Águas do Araçá	8	1	18/08	350

Fonte: Adriano Canci (2002, p.30).

Na tabela 4 há a descrição das variedades de milho crioulo que foram resgatadas entre os anos de 1997 e 2001, por conta da adesão cada vez maior das comunidades rurais de Anchieta com o projeto de resgate. No primeiro ano de prática deste projeto apenas cinco variedades de milho crioulo foram resgatadas, sendo que até 2001 havia 12 variedades resgatadas.

Tabela 4 - Evolução do resgate de materiais crioulos de milho quanto ao número de variedades. Todas coletadas em Anchieta – SC. 1997-2001.

Ano	Nº de variedades	Variedades resgatadas
1997	5	Amarelão, Cunha, Palha Roxa, Azteca e Mato Grosso Palha Branca
1998	2	Branco e Cateto
1999	2	Branco 08 carreira e Mato Grosso Palha Roxa
2000	2	Rajado e Roxo
2001	1	Língua de Papagaio

Fonte: Adriano Canci (2002, p.31).

As figuras 3 e 4 evidenciam a qualidade e diversidade das variedades de milho crioulo cunha, roxo, branco e rajado, resgatadas e cultivadas em Anchieta, como é constatado na tabela 4.

Figura 3 - Milho derivado da variedade crioula cunha e milho crioulo roxo, respectivamente. Início dos anos 2000.



Fonte: Acervo pessoal de Adriano Canci (2019).

Figura 4 - Milhos crioulos das variedades branco e rajado, respectivamente. Início dos anos 2000.



Fonte: Acervo pessoal de Adriano Canci (2019).

Nas figuras 5 e 6 há variedades de sementes crioulas que são cultivadas em Anchieta e estavam expostas no estande do SINTRAF – Anchieta e no estande do Movimento das Mulheres Camponesas de Anchieta (MMC – Anchieta), na 6ª festa nacional das sementes crioulas, em 2018. Estas imagens foram capturadas pela autora durante esta festa, em meio a uma grande diversidade de estandes com sementes crioulas expostas de vários movimentos e instituições de diversos municípios brasileiros, principalmente do sul do Brasil.

Figura 5 - Sementes de milho crioulo das variedades amarelão, mato grosso e pinhão. Estande do SINTRAF– Anchieta. 18 de março de 2018.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Figura 6 - Sementes crioulas de feijão, gergelim, coentro, pimenta, camomila, manga, entre outras. Estande do MMC – Anchieta. 18 de março de 2018.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Leucir Carpegiani (63 anos) era o vice-presidente do SINTRAF – Anchieta, em 1996 e assumiu a coordenação do mesmo em 1997. Ele liderou as conversas entre os dirigentes do sindicato e os demais agricultores que resultaram na criação do programa de produção própria de sementes crioulas. A autora entrevistou o senhor Leucir e sua esposa Inês (57 anos) no dia 18 de março de 2018, durante a 6ª Festa Nacional das Sementes Crioulas. Ambos são agricultores, residentes da comunidade rural de Vargem Bonita. Eles participam da CooperAnchieta, sendo que Leucir é integrante do MPA há décadas. No trecho a seguir Leucir se refere a época que abandonou o uso de agrotóxicos, na década de 1990, por conta de complicações de saúde e em que começou a trabalhar com os agricultores a proposta de produzir sem agrotóxicos e valorizar as sementes crioulas, pois eles as estavam perdendo:

Daí despejei o veneno e voltei para casa e disse que nunca mais ia usar veneno. Daí doeí todos os meus equipamentos, as minhas máquinas e demais coisas e larguei mão do fumo; comecei a trabalhar sem uso de venenos e químicos. Aí foi que depois eu assumi o sindicato, daí comecei a discutir isso com os agricultores e a produzir essas propostas, e começamos a conhecer grupos e famílias que faziam a mesma prática e queriam fazer o trabalho dessa forma e a gente foi se ajustando. Foi onde a gente começou a pensar as sementes. As sementes hoje, o maior controle das grandes empresas são as sementes. Se você tem a semente na mão você tem todo o poder. Por isso, como nós tínhamos perdido isso, as indústrias roubaram de nós, apresentaram outra alternativa que não é uma alternativa saudável, então a gente achou que tínhamos que resgatar as nossas sementes.

Leucir ainda afirma que os membros do sindicato pensaram em uma alternativa ao modelo dominante de alimentação que não era favorável para a produção de sementes crioulas. Eles planejaram passar a produzir alimentos saudáveis:

Então atualmente, vivemos em um processo de alimentação, que ele é destrutivo, ele não constrói nada da relação com a natureza, com a questão do meio ambiente e também não produz saúde, tanto para alimentos para os animais como para os humanos. Então é um processo que no nosso entendimento, houve a necessidade, a obrigação de pensar a alternativa a ele e no grupo do sindicato. A gente participava da direção do sindicato nesse ano de 1996, começamos a pensar nisso e contratamos um técnico (Cledecir Zuchi), que tinha esse pensamento, essa linha de pensamento e com mais um técnico que trabalhava voluntariamente para o sindicato, para gente pensar essa estratégia de produção de sementes crioulas para a produção de alimentos saudáveis.

Ao comentar novamente sobre o trabalho de base que foi feito nas comunidades rurais de Anchieta, que resultou nas festas das sementes crioulas posteriormente, Leucir aponta a preocupação que havia para conhecer e aumentar o potencial de produção das variedades crioulas:

Antes (das festas) foi feito o trabalho de base nas comunidades, de resgate das sementes em todas as comunidades do município de Anchieta. E a partir desse trabalho, nós também fizemos experiências de produção para ver a capacidade de produção de cada semente para gente conhecer o potencial de cada uma, para poder investir naquelas que tinham mais produtividade. Então foi todo um processo construído, com experiências de agricultores, com trabalho de campo, a descoberta de conhecer o potencial de cada variedade e daí a gente fazer um trabalho de melhoramento dessa variedade para aumentar o potencial dela nos modos de produção.

Valdecir Alves Rei, Ilario Roman, Léo Chenet, Juleide Chenet, Mirian Dalla Vechia, Vendelino Dalla Vechia e Celestino Draszewski são sete dos muitos agricultores de Anchieta que participaram do projeto de resgate das sementes desde o começo. Em 1997, os seis primeiros forneceram suas terras para o SINTRAF fazer testes com a produção de sementes híbridas e posteriormente com as sementes crioulas. A autora realizou entrevistas com todos eles entre julho e agosto de 2018, nas comunidades rurais que eles moram, estas que são conhecidas como “linhas”.

Figura 7 - Valdecir Alves Rei e seu filho Diego Rei, colhendo milho crioulo branco, no fim da década de 1990.



Fonte: Acervo pessoal de Adriano Canci (2019).

A autora entrevistou Valdecir Alves Rei (47 anos), no dia 17 de julho de 2018, quando ele era presidente da ASSO (Associação dos pequenos agricultores produtores de milho crioulo orgânico e derivados) além de ser membro do SINTRAF e da COOPERANCHIETA. Ele é agricultor, nascido em uma família de agricultores de Guaraciaba - SC e reside desde 1982 em Anchieta, na Linha Prateleira. Atualmente mora com a sua esposa e filha. Em sua propriedade foi cultivada uma das primeiras lavouras de sementes híbridas conduzidas pelo SINTRAF. Desde o início do programa de resgate das sementes crioulas Valdecir está presente, sendo que ele sempre colaborou nos estandes das festas das sementes e com as pesquisas sobre as sementes crioulas, cedendo espaço para estudantes e extensionistas brasileiros e estrangeiros fazerem seus experimentos. Valdecir conta que, os membros do SINTRAF vieram até sua casa fazer o convite para ele participar das primeiras lavouras do programa de produção própria de sementes. “Eles vieram me fazer o convite em casa, para fazer uma lavoura dessa produção de semente, daí concordamos e fizemos”. Ele ainda afirma que participou de alguns seminários promovidos com o apoio do SINTRAF.

Ilario Roman (69 anos) é um agricultor aposentado, responsável há anos pelo moinho que produz farinha com o milho crioulo, localizado na Linha São Roque, que é fruto da parceria entre os membros da ASSO, estes que são em torno de 14 pessoas. Ele é membro ativo do SINTRAF e da ASSO e já foi membro do MPA. A autora entrevistou Ilario no dia 20 de julho

2018 em sua casa, na Linha São Roque, onde ele reside desde 1976, sendo de origem do município de Guaporé – RS, também de uma família de agricultores e no momento ele residia sozinho na propriedade. Ele afirma que foi Adriano Canci, por meio do SINTRAF que forneceu sementes crioulas para ele, sendo que antes disso ele plantava semente híbrida de milho e de soja, mas usava adubo orgânico, vindo do seu chiqueiro (construção para criar porcos) e usava pouco adubo químico, no caso a ureia. Ele ainda usa ureia em suas plantações de milho. Ele começou a participar do projeto de resgate desde 1997, com a plantação de uma lavoura em sua propriedade:

Ilario: [...] O Adriano, que começou com essa semente, veio aqui, daí ele trouxe essa semente. [...] Acho que foi ainda em 1997 [...] que fizemos uma lavoura aqui para o Adriano. Daí eu peguei essas sementes que ele trouxe aqui. De lá para frente sempre produzimos.

Angela: Mas então, no caso, aquelas reuniões, que ocorreram no sindicato, na década de 90, você chegou a ir nos municípios para fazer os cursos? Porque eles foram fazer cursos para saber como trabalhar com essas sementes crioulas. Reunião, o senhor chegou a ir?

Ilario: Não.

Angela: Então no caso, o senhor não participava da diretoria do sindicato?

Ilario: Não, não.

Angela: Então, o teu primeiro contato com o trabalho de resgate foi com o Adriano mesmo?

Ilario: Sim, sim.

No dia 23 de julho de 2018 a autora entrevistou o casal de agricultores Juleide Terezinha Chenet (59 anos) e Léo Chenet (66 anos), na casa deles, na Linha São Domingos, onde residem há 39 anos. A família dele está há 50 anos em Anchieta, vinda de São Domingos – RS e a família dela veio de Encantado – RS, há 56 anos. Tanto a família de Juleide como a de Léo sempre trabalharam com sementes crioulas, algo que o casal mantém até os dias de hoje. Léo e Juleide são membros do SINTRAF, da ASSO, da COOPERANCHIETA e de uma agroindústria local de açúcar mascavo. Léo também participou do MPA e dos seminários promovidos pelo SINTRAF na década de 1990. Juleide não participou ativamente de nenhum movimento social. Em relação ao envolvimento deles com o projeto de resgate das sementes crioulas, Léo diz que na sua propriedade foram realizados experimentos com o Adriano, com outros agricultores e depois com a UFSC¹⁷:

O primeiro experimento que foi feito com o Adriano fomos nós que fizemos, fizemos eu e o finado Perin, o Bulegon e o outro Bulegon ali em cima. Fizemos aí do outro lado e depois fizemos mais experimentos; eu fiz dois experimentos

¹⁷ Com a UFSC foi a partir do começo dos anos 2000.

com a universidade federal (UFSC) mesmo, aqui do mpa 1 (variedade de milho crioulo melhorada desenvolvida por Adriano Canci e o agricultor Névio Folciarini em 1999), daí fizemos ali. E daí foi feito aqui na São Roque no Enio Wolfart, no Forgiarini, foi feito no Jandir Yunges, foi feito no Valdecir Rei. A gente sempre participou, por tudo.

A seguir Léo aborda como foram os cruzamentos de milhos híbridos na sua propriedade:

Nós tínhamos de 4 a 5 variedades de híbridos. Tinha o Agroceres, tinha o Agromen, tinha o Pioneer, daí o Adriano pegou e fizemos de quatro variedades de sementes, 5, não sei, daí para tirar uma só para dar o nome depois.

No dia 18 de julho de 2018 a autora entrevistou a senhora Mirian Justina Dalla Vecchia (68 anos) e seu marido, Vendelino Dalla Vecchia (69 anos), na casa deles, localizada na Linha Gaúcha, em Anchieta – SC, onde residem há 46 anos, desde que casaram. São sócios do SINTRAF desde o início do casamento. Eles são provenientes de famílias de agricultores, no entanto o trabalho agrícola na propriedade rural deles não tem sucessor (algo que está se tornando cada vez mais comum em Anchieta), pois os filhos trabalham no meio urbano, sendo que o casal é aposentado, mas ainda produzem alimentos para consumo próprio e para a família. Vendelino é natural de Ponte Serrada – SC; é integrante ativo do SINTRAF de Anchieta, sendo conselheiro fiscal do mesmo e também participou do MPA.

Mirian veio para Anchieta há 64 anos, sendo natural de Paim Filho – RS. Ela é integrante do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) há mais de 30 anos e já participou como liderança do mesmo em Anchieta. Ela abordou a relação da família dela com as sementes crioulas desde que vieram morar em Anchieta e a sua participação no MMC e no projeto de resgate das sementes crioulas:

Assim, tem algumas variedades de sementes de hortaliças que os meus pais trouxeram ainda do Rio Grande do Sul, por exemplo, ervilha; um tipo de *radiche*; um tipo de alface, a gente conserva daquela época ainda e depois assim durante a caminhada, porque os meus pais sempre trabalharam assim, uma agricultura bem orgânica, no tempo deles. E não se usava, se comprava semente de tipo nenhum, muda de tipo nenhum, então nada, meus pais tinham de tudo. Quando eu casei e vim morar aqui há 46 anos, a gente foi trazendo muda de tudo, semente e continua cuidando. Então, depois quando começou o projeto com as sementes, antes a gente plantava milho híbrido, assim, daí depois a gente pegou no sindicato duas variedades de milho crioulo e hoje nós temos três variedades, portanto já é 18 anos que a gente cuida de duas variedades de milho crioulo, e daí a outra é três anos. Mas a gente tem muitas sementes, por exemplo: amendoim de três, quatro variedades e muitas outras coisas, moranga, abobará, batata doce, mandioca, cana de açúcar e uma infinidade de plantas que a gente trouxe da casa dos pais[...].

Mirian afirma que também é um projeto do MMC preservar sementes crioulas de hortaliças:

Assim, durante a caminhada, eu participando do MMC, que sou parte dele, já faz 35 anos que nós temos o movimento em Santa Catarina, e eu sempre fiz parte dele. Então o objetivo da gente também era resgatar as variedades de hortaliças crioulas, que no passado, no passado nossos antepassados não compravam nada na agropecuária e em lugar nenhum.

Ao ser questionada sobre o início do seu envolvimento com o programa de resgate das sementes crioulas Mirian menciona que sua família sempre esteve envolvida com o SINTRAF e também cita algumas das pessoas que incentivaram ela e Vendelino a fazer parte do programa:

Assim, como a gente, eu digo, nós somos sindicato, SINTRAF, porque desde os meus pais já era assim e eles gostavam daquele trabalho e a gente teve gosto por isso desde bem jovem e daí depois que a gente casou, que começou a vida da gente, caminhar com as próprias pernas da gente, daí sempre participamos do sindicato. Então desde o comecinho lá, quando o Carpeggiani, o Adriano, o Ivan, o Ivanildo, esses meninos aí sentaram e começaram a questionar a questão das sementes crioulas; o Carpegiani tinha aquela coisa, “por que nós temos que comprar tudo da agropecuária?” e desde o comecinho foi assim. Então a gente é parte desde o começo.

Mirian ainda confirma que ela e Vendelino participaram dos cursos de formação, inclusive o de Ipumirim:

Angela: Então vocês foram. Eu tenho o livro dele (CANCI, 2002) e essa informação está no começo, houve curso em Ipumirim, em outros municípios, várias mobilizações assim.

Mirian: Sim. Teve curso de formação para esse conhecimento, para as pessoas, e quem conseguiu participar e tomou gosto para isso, continuou.

A autora realizou entrevista com o agricultor Celestino Draszevski (55 anos) no dia 01 de agosto de 2018, em sua casa, na linha União da Vitória, onde reside há 33 anos, sendo natural de Descanso - SC. Sua propriedade foi adquirida em 1986 por conta da ocupação *Sangue Azul* e posterior assentamento do MST no local, sendo que 13 famílias conseguiram terras. Ele reside sozinho, mas ao lado da casa do filho e da nora. Ele é sócio das cooperativas, COOPERANCHIETA e COOPEROESTE – Terra Viva¹⁸, do grupo de produção orgânica, Raízes Ecológicas, com sede em Anchieta, além de ser sócio do SINTRAF desde 1985, membro ativo do MST e de ter participado da organização da maioria das festas das sementes. Sua maior produção é de morango orgânico crioulo. Importante salientar que o Celestino possui certificado de produção orgânica, pela Rede Ecovida de Agroecologia¹⁹.

¹⁸ Cooperativa do ramo de laticínios, pertencente ao MST e com sede em São Miguel do Oeste – SC.

¹⁹ Rede de certificação participativa de propriedades de produção orgânica, com forte atuação no sul do Brasil.

Celestino afirma que esteve presente desde o começo das discussões no SINTRAF, em 1996, e lembra do seu contato com Adriano Canci, além de colocar que o primeiro experimento de produção própria de sementes em suas terras, feito pelo SINTRAF foi com semente crioula, em 1998 ou 1999.

Celestino: É que nós fazíamos reuniões no caso, discutíamos bastante essas questões e a gente estava sempre integrado nisso.

Um dos pivôs na verdade, que discutiu bastante foi o Adriano Canci, nós éramos bastante colegas, vamos dizer assim. E daí nós fomos discutindo e fazendo, produzindo quem podia produzir [...]

Angela: No caso ele (Adriano Canci) vinha bastante na propriedade do senhor, fazer experimento, essas coisas?

Cestino: Sim, fizemos de semente de milho.

Angela: O primeiro experimento aqui foi com a híbrida ou com a crioula?

Celestino: Com a crioula.

Angela: O senhor lembra o ano? 1997, 1998? Ele fala (Adriano Canci) no livro dele (CANCI, 2002), que foi a partir de 1998 que foi a crioula. Antes eles tentaram com a híbrida, depois com a crioula.

Celestino: Foi 1998 ou 1999.

Celestino também participou dos aperfeiçoamentos (seminários, cursos, reuniões) para cultivar as sementes, como confirma no trecho a seguir.

Angela: O senhor foi em outras cidades, nas reuniões, em Ipumirim? Teve até um técnico que veio para cá (Anchieta) dar assistência, o Ivan Macganan. O senhor foi também nessas reuniões, nessas viagens?

Celestino: Sim, praticamente em todas elas, o que dava nós participávamos.

A agricultura ecológica deve ser debatida em todos os ambientes, sendo que os seminários são momentos muito importantes para discussão e reflexão. Entre os anos de 1997 a 2001 foram realizados cinco seminários em Anchieta, com foco na agricultura ecológica e na semente crioula, sendo eles: 1º seminário sobre produção sem veneno e cooperação agrícola (06/09/1997); Seminário municipal para aprovação do plano estratégico participativo – PEP – (02 de julho de 1998); Seminário municipal sobre milho crioulo (09 de setembro de 1998); Seminário regional sobre leite a base de pasto e sem veneno (2001); cursos (1999 e 2002) para artesanato com palha de milho. Há várias associações de trabalhadores rurais no interior de Anchieta, que se organizaram através do SINTRAF e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e investiram 100% dos recursos conquistados via Pronaf infraestrutura em agroindústrias e agregação de valor. Entre essas associações está a ASSO (Associação dos pequenos agricultores produtores de milho crioulo orgânico e derivados), que foi institucionalizada em 2002 (2002, p.49-61).

Segundo Adriano Canci, resgatar materiais crioulos antigos, é o que mais preserva a biodiversidade, sendo que, “no resgate de sementes crioulas, é de fundamental importância simultaneamente ou no segundo ou terceiro ano de trabalho, resgatar a culinária, o artesanato e todo tipo de conhecimento ligado as variedades crioulas” (CANCI, 2002, p.33-35). O SINTRAF de Anchieta não promoveu apenas o resgate de sementes crioulas de milho, mas também as de hortaliças, trigo, soja, tomate, feijão, entre outras, e até o resgate de porcos crioulos (CANCI, 2002, p.37-44).

O SINTRAF mantém um banco de sementes crioulas há vários anos. Conforme Valdecir Luis Cella (52 anos), agricultor e atual presidente do sindicato, com o qual a autora realizou uma entrevista no dia 19 de março de 2018, nas dependências do sindicato, há muita procura pelas sementes mantidas nesse banco, pois as pessoas, inclusive as do meio urbano, percebem que há uma relação entre alimentação saudável e consumo de alimentos crioulos e orgânicos:

[...] quando você fala em semente, você fala em alimentação. Alimentação todo mundo fala, “ah, alimentação saudável”, alimentação saudável, mas passa pela semente, semente de qualidade que nem eu te falo, semente pura, uma semente que ela não foi ainda modificada geneticamente. A gente sabe como é feito em laboratório, resistente a um tipo de agrotóxico. Isso já vem com agrotóxico [...] a gente sabe que as sementes produzidas pelos nossos camponeses, ela não tem isso, ela é um semente pura; quem constantemente, quem vai se alimentar daquela semente, o alimento, aí sim vai estar consumindo um alimento saudável, que vai ajudar na sua vida, na saúde da família. Então a gente percebe isso, inclusive no interesse de pessoas no meio urbano, que tem o seu terreno, que vem até o sindicato, onde a gente tem um espaço aqui, que é a sala das sementes, buscar uma pequena quantidade. Eles dizem “que eu quero plantar no meu terreno, quero ter minha alimentação saudável”; então isso que me move.

Figura 8 - Agricultor Luiz Draszevski no SINTRAF – Anchieta no ano 2000. Estoque de sementes da variedade de milho crioulo palha roxa.



Fonte: Acervo pessoal de Adriano Canci (2019)

Alguns dos problemas que o SINTRAF - Anchieta sofreu com o programa de resgate das sementes crioulas, entre 1997 e 2001 foram: poucos materiais técnicos sobre produção de sementes crioulas; dificuldades econômicas por conta dos atrasos dos repasses da prefeitura, sendo que o convênio com a prefeitura só foi renovado no ano 2000, para a realização da 1ª Festa Estadual do Milho Crioulo; dificuldades políticas, pois apesar da aceitação às sementes crioulas ter sido geralmente boa, houve investidas de cidadãos anchietenses para tentar ridicularizar o trabalho com elas (CANCI, 2002, p.45-47).

Conforme Adriano Canci, a preocupação não foi com as críticas ao projeto de resgate das sementes, mas sim com os agricultores que tornaram possível que esse projeto fosse concretizado.

Imaginar que a produção de milho crioulo teria boa aceitação pelo comércio, autoridades, seria um equívoco de nossa parte, mas a nossa preocupação não era com os comerciantes e sim, pelos agricultores. Fomos taxados de atrasados, burros. Mas, enfim, tínhamos que provar com resultados na redução de custos e produção equivalente. Os agricultores que encamparam essa luta se desafiaram e o mérito é todo deles que fazem no dia a dia o projeto acontecer na prática e despendem esforço e empenho diário na formação dessa experiência para construção do nosso projeto popular independente (CANCI, 2002, p.107).

Os membros do SINTRAF, com a organização de Adriano Canci e Leucir Carpeggiani produziram material técnico de apoio para auxiliar os agricultores no manejo das sementes crioulas, em todo seu processo de cultivo. Destaca-se as cartilhas produzidas pelo sindicato com instituições parceiras, nos anos de 1998 (CANCI; CARPERGGIANI; YUNGES, 1998), 2000 (CANCI; CARPEGGINAI, 2000) e 2002 (CANCI; CARPEGGINAI; BOIANI, 2002).

Ivanildo Ângelo Brassiani e Ivan José Canci, importantes apoiadores e defensores dos trabalhos com as sementes em Anchieta, do programa de resgate e das festas, também concederam entrevista à autora. Ivanildo aborda sobre as motivações para os membros do SINTRAF terem começado o projeto, a importância do mesmo e algumas dificuldades e críticas enfrentadas por seus participantes e apoiadores. Ivan comenta sobre a importância das sementes crioulas e das dificuldades de apoio institucional para sua preservação. Importante destacar que Ivanildo e Ivan foram os organizadores do livro *Anchieta: história, memória e experiência – uma caminhada construída pelo povo* (CANCI; BRASSIANI, 2004), já citado e usado no presente trabalho.

Ivanildo (62 anos), atua como advogado há décadas em Anchieta, sendo que veio morar no interior do município, ainda criança, com sua família. Ele possui uma propriedade no interior de Anchieta, na qual ele cultiva uma agrofloresta com dezenas de variedades crioulas de diversas espécies. Em entrevista concedida à autora no dia 30 de julho de 2018, em sua

residência, no centro urbano de Anchieta, ele evidencia o momento ruim pelo qual passava a agricultura anchietense na segunda metade da década de 1990, época em que o SINTRAF resolveu agir para reverter essa situação:

Foi uma época muito crítica, estava ruim para a agricultura em Anchieta. O pessoal estava desanimando, vendendo as terras e indo embora. Reuniu-se o pessoal do sindicato, algumas pessoas para tentar achar uma saída. Inclusive o Carpeggiani falou que a saída era nós que tínhamos que encontrar. Então começou-se a discutir o que seria e foi resolvido que teria que partir para a agricultura ecológica e produção das próprias sementes. Na época, isso foi em 1996, 1997.

Ivanildo também menciona mais pessoas que participaram das primeiras reuniões, para articular o projeto de resgate das sementes crioulas, citando as orientações que Adriano Canci passava aos agricultores para o manejo em grupos, das lavouras, em 1997; a descrença e zombaria de alguns agricultores e a ideia de fazer a primeira festa das sementes, devido ao sucesso das colheitas. Em 1997 Ivanildo era vereador e presidente da câmara de vereadores de Anchieta:

O que se pensou? Quando assumiu a secretaria de agricultura (1997), o Jacó, tiramos, aquela conversa que iniciou no sindicato. Estava o Adriano Canci, estava o Ivan (Canci), se não me engano, nós tínhamos uma equipe boa para pensar. E já foi começado a pensar e já agir, e naquele mesmo ano se começou a trabalhar a questão das sementes. O Adriano Canci estava aí, o Cledecir Zuchi, o Leucir era presidente do sindicato e isso começou a partir pra ação da agricultura ecológica e produção das próprias sementes. Aí se fazia os grupos, reuniões nas comunidades. Grupos de agricultores, se fazia na prática um plantio, plantio das sementes, nem todos. Tinham agricultores que davam risada, que achavam que não valia a pena e aqueles que queriam; formou-se assim uma propriedade de experiência em praticamente todas as comunidades, cada comunidade tinha uma e mais precisamente o Adriano Canci, ele dava orientações de como proceder com a semente, então, plantava-se o milho; tinha que quebrar o pendão, tinha que escolher as sementes e colocar as sementes no galpão; tirar as sementes boas e daí tirar o pendão e outro não tirava. Foi uma época de muita chuva, naquele primeiro ano de 1997, e aí, o Adriano, a gente tinha rádio comunitária no ar aqui e o Adriano passava as informações, para os grupos, pela rádio, rádio comunitária, ele ia, mas era muita chuva. Naquele ano deu um bom resultado, os agricultores viam na prática a produção de sementes que mais funcionava e que era viável, então sem nada de adubo químico, tudo com adubo orgânico. Tendo sido vitoriosa essa ideia, fizeram a colheita. Se pensou em fazer uma festa para comemorar esse plantio, essa semente, e aí se pensou em fazer uma festa municipal, daí foi dito, “quem vai fazer uma festa de Anchieta”, aí o pessoal, “quem vai em uma festa municipal, faz uma estadual”, aí a primeira festa ela saiu estadual.

Ivan José Canci (50 anos) é agrônomo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), com atuação em Anchieta há anos, sendo reconhecido como um profissional comprometido com a agroecologia, tendo atuado no programa de resgate das sementes e na organização de todas as festas das sementes. Inclusive sua propriedade, na Linha São Marcos está em processo de certificação para obter o selo de produção orgânica, pela Rede Ecovida de Agroecologia. Ivan concedeu entrevista à autora no dia 19 de março de 2018, na Prefeitura Municipal. Nos trechos a seguir Ivan menciona o alcance da primeira festa das sementes e que o trabalho com essas sementes ainda é marginal:

Com a festa atual (festa das sementes de 2018), pequena, comparando com as outras, elas foram grandes (principalmente a festa de 2000), foram lindas. A partir de 2000, começou o processo de mostrar para a sociedade, eles falam (os organizadores das festas), mostrar para a sociedade esse trabalho, não esconder, mostrar, potencializar, gerar processo, fazer com que se espalhe, que mais gente acredite nisso, na cidade, no interior, o consumidor [...]
[...]Só queria dizer assim, que esse trabalho com as sementes crioulas, que é parte da agroecologia, que é algo maior, é um projeto ainda, do ponto de vista de políticas públicas minoritário, ele é marginal, não é ainda hegemônico.

Adriano Canci concedeu uma entrevista à autora em 17 de março de 2018 e afirmou que em relação a semente crioula, também é importante agir em favor dela e não apenas conversar sobre ela, visto que a região de Anchieta é um centro de diversidade de espécies crioulas:

Acho que a questão da semente crioula, é importante conversar sobre ela, mas também fazer alguma coisa. Com a prática, do dia a dia, se vai aprendendo muito. Tanto para questão política, pode estar indo à rua, mas deve estar fazendo na terra. Você pode discursar, mas tem que ter ação. Então, acho que as duas coisas têm que caminhar junto, em relação a semente crioula. E outra coisa, existe muita semente crioula. A nossa região é um centro de diversidade. A espécie que você pega, vai ter inúmeras variedades. Talvez no município de Anchieta, possa ter aí, duas mil variedades de diferentes espécies. A batata vai ter, 25, 30 variedades, arroz vai ter 40, pipoca em Anchieta, deve ter cerca de 30 variedades.

4.2 Ecos do trabalho de resgate das sementes crioulas

O trabalho de resgate das sementes crioulas em Anchieta reverberou em vários lugares do Brasil e do mundo, seja influenciando pesquisas, a criação de feiras e festas agroecológicas ou a criação de trabalhos semelhantes em comunidades camponesas. Salienta-se que nessas festas há a participação de pessoas de vários lugares do mundo. Esse trabalho de resgate influenciou e influencia estudos na academia, pois por meio da pesquisa bibliográfica verificou-

se em vários trabalhos acadêmicos e trabalhos informativos, que Anchieta é lembrada como destaque no resgate e produção de sementes crioulas. Alguns exemplos desses trabalhos são, a cartilha *A viagem das sementes* (CORDEIRO, 2004, p.20), produzida pelo MST, em 2003, que coloca Anchieta como um dos municípios do Brasil em que há ações dos movimentos populares para proteger as sementes crioulas e a *Revista Agricultores: experiências em agroecologia*, na sua edição de 2007, *Sementes da Biodiversidade*, no artigo *Uso e manejo de variedades locais de milhos*, no qual é abordado o programa de resgate das sementes crioulas e as festas das sementes (VOGT; CANCI; CANCI, 2007, p.32-36). Outro exemplo é o Núcleo de Estudos em Agrobiodiversidade (NEABio).

O NEABio é um importante Núcleo de pesquisas, fundado em 2001, pertencente ao Programa de Pós Graduação em Recursos Genéticos Vegetais do curso de Agronomia da UFSC, que desenvolveu e desenvolve muitas pesquisas acadêmicas a partir de sementes crioulas presentes em Anchieta – SC e em outros municípios da região extremo – oeste de Santa Catarina. Todos esses trabalhos podem ser facilmente acessados no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente por meio das seguintes palavras-chave: sementes crioulas em Anchieta – SC; Anchieta; sementes crioulas.

Os resultados dessas pesquisas também podem ser encontrados em publicações produzidas em cartilhas e em outros meios, além da academia, como o livro *Biodiversidade e Agricultores – Fortalecendo o manejo comunitário* (BOEF; THIJSEN; OGLIARI; STHAPIT, 2007), que conta com artigos de Juliana Bernardi Ogliari (*Manejo e uso de variedades de milho como estratégia de conservação em Anchieta*), de Adriano Canci e Ivan José Canci (*Resgate, uso e produção de sementes crioulas de milho em Anchieta*) e outros.

O NEABio possui um blog (NEABio, 2015)²⁰, em que há informações sobre as pesquisas do grupo, assim como dos seus membros. A agrônoma e professora Juliana Bernardi Ogliari, especialista em genética e melhoramento de plantas é a responsável pelo NEABio desde a fundação do mesmo, sendo que ela orientou e orienta diversos trabalhos acadêmicos com essa temática, com visitas de campo periódicas para Anchieta e região do extremo oeste catarinense, inclusive com exposições na festas das sementes crioulas, seja com sua presença e/ou dos demais membros do NEABio.

Em entrevista concedida à autora, no dia 09 de abril de 2018, no Centro de Ciências Agrárias da UFSC, em Florianópolis, Juliana aponta como surgiu a ideia de formular o NEABio

²⁰ A última atualização do blog foi em 2015.

e de trabalhar em Anchieta, logo após a conclusão do seu doutorado. Em abril de 2001 o grupo fez a primeira visita para Anchieta:

E quando eu vim do doutorado eu já vim, direcionada a trabalhar com recursos genéticos conservados pelos agricultores. Então, logo que eu cheguei aqui, em 1999, eu já busquei aqui dentro do Estado, grupos que estivessem trabalhando nessa direção. E aí eu vi um nome, Canci (Ivan), Canci, “mas esse cara foi meu aluno, desse cara eu me lembro, vamos lá conhecer, vamos”. Como eu estava começando um primeiro projeto internacional da Holanda, que era uma rede internacional, que também reunia África, Índia, Brasil, alguns países da comunidade europeia e tinha também o auxílio dos EUA, mas principalmente África, Índia e Brasil. Da América aqui só o Brasil. É, então eu, nessa busca por um lugar em que eu pudesse começar esse projeto foi o início da história, que foi em 2001, por isso eu gravo até hoje, foi 27 de março de 2001, a gente funda o NEABio. O NEABio é o núcleo de estudos em agrobiodiversidade, que eu coordeno até hoje e em abril (2001) a gente foi fazer essa visita lá para Anchieta, então foi ali que começou o projeto das sementes crioulas por nós e estamos até hoje.

O rico trabalho de resgate das sementes crioulas na década de 1990 possibilitou a criação de festas das sementes em Anchieta, que já ocorreram em sete edições: 2000 (1ª Festa Estadual do Milho Crioulo); 2002 (1ª Festa Nacional do Milho Crioulo); 2004 (3ª Festa Nacional das Sementes Crioulas); 2007 (4ª Festa Nacional das Sementes Crioulas); 2011 (5ª Festa Nacional das Sementes Crioulas); 2012 (5ª Festa Nacional das Sementes Crioulas²¹) e 2018 (6ª Festa Nacional das Sementes Crioulas).

A 1ª Festa Estadual do Milho Crioulo (FEMIC), foi realizada em Anchieta, no dia 20 de maio de 2000, com o intuito de valorizar a possibilidade de um novo modelo de agricultura. Foi um evento de extrema importância para o reconhecimento do trabalho de resgate e mobilização pelas sementes crioulas, feito em Anchieta (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.347). Alguns meses antes da realização dessa festa foi feita uma reunião, com a presença de técnicos agrícolas e de agricultores para a organização da festa, sendo que mais de 100 pessoas acabaram se envolvendo na organização da mesma, incluindo também professores e pessoas tanto do interior como do meio urbano de Anchieta. A FEMIC foi promovida pelo SINTRAF, pelo MPA- SC, pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Educação e Igreja Católica de Anchieta. A FEMIC teve como apoiadores o Banco do Brasil, a Epagri e a Prefeitura Municipal, todos de Anchieta e a equipe técnica do projeto Lumiar – extremo oeste – SC (CANCI, 2002, p.71-73).

²¹ As festas de 2011 e 2012 possuem a mesma denominação por questões de organização, pois não tiveram os mesmos organizadores, segundo informação verbal de Ivan José Canci, cedida em 06 jul. 2019.

Entre os palestrantes estavam o Frei Sergio Gorguen, assessor do MPA e Ivo Macagnan. O tema das palestras foi “Produção de sementes e desenvolvimento sustentável x imperialismo e transgênicos”. Houve exposição, troca e venda de 17 variedades de milho crioulo e de 7 raças de porcos crioulos e um café crioulo ecológico com diversos pratos de milho crioulo. Foram utilizadas cerca de quatro mil espigas para ornamentação, também estas produzidas ecologicamente. Reuniu-se mais de cinco mil pessoas oriundas de 67 municípios de 5 estados do Brasil. Foi um momento importante para massificar a proposta das sementes crioulas casada com a agroecologia (CANCI, 2002, p.73).

A 1ª Festa Nacional do Milho Crioulo (FENAMIC) foi realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2002, com caráter nacional e foi promovida por várias entidades municipais de Anchieta, estaduais e nacionais, entre elas o MPA e a ASSO (CANCI; BRASSIANI, 2004, p.348).

As festas das sementes crioulas começaram a se expandir no sul do Brasil a partir do ano 2000, com as festas de Anchieta-SC e de União da Vitória – PR, e as de outros municípios, o que demonstra o poder de mobilização dessas festas. Elas atraem milhares de pessoas e possuem temáticas que abordam proposições e contestações numa perspectiva das transformações e resistências no contexto da Agricultura Familiar Campesina (HENN; GRÍGOLO, 2014, p.40).

As festas são essenciais para manter as lutas do campo e o celebrar é entendido pelos participantes das festas como algo que dá importância aos grupos que trocam e partilham conhecimentos sobre as sementes crioulas, sendo que, “as festas são processos coletivos e estratégias que contribuem para o endurecimento da rede de agroecologia (HENN, GRÍGOLO, 2014, p.47). Como uma estratégia participativa de identificação, valorização e fortalecimento das redes informais de intercâmbio de sementes e de saberes, e ainda de divulgação das variedades locais junto aos consumidores, as Feiras de Sementes (FS) ou Feiras da Biodiversidade (FB) também têm sido apoiadas principalmente nos países dos continentes africano, latino-americano e asiático (CANCI, 2006, p.39-40).

Anchieta foi reconhecida como Capital Catarinense do Milho Crioulo, por meio da Lei nº 11.455, de 19 de junho de 2000 (SANTA CATARINA, 2000), em forma de reconhecimento pelo trabalho que exerce com o resgate das sementes crioulas. Em dezembro de 2017 Anchieta também foi reconhecida como Capital Nacional de Produção de Sementes Crioulas, por meio da Lei nº13.562, de 21 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contextualizou e discutiu como foi desenvolvido o projeto de resgate das sementes crioulas em Anchieta, apontando para uma rede maior de fatores por trás das mobilizações entre atores e entidades sociais para este projeto ser levado a prática. As sementes crioulas são defendidas e preservadas em vários locais do mundo e Anchieta destaca-se a nível nacional e internacional, com seu intenso trabalho com elas. Um trabalho que não cessou com seu resgate, mas reverberou nas festas das sementes e em pesquisas de instituições acadêmicas e de extensão rural, congregando atores sociais, entre eles visitantes, agricultores, feirantes, pesquisadores, técnicos de diversas regiões do Brasil e de outros países.

No longo processo de pesquisa, estudos e escrita do presente trabalho almejei que seu maior resultado seria contribuir para os estudos sobre sementes crioulas e também para evidenciar a riquíssima história de Anchieta com as sementes crioulas e a agricultura familiar sustentável. Nesse processo fiquei cada vez mais a par de inúmeros conhecimentos e conceitos de áreas que não tinha tanta afinidade teórica e prática, como em aspectos referentes ao contexto de formação e fortalecimento da Revolução Verde, dos movimentos de agricultura alternativa e dos movimentos sociais rurais, além dos termos técnicos relacionados ao manejo de variedades crioulas. Conhecimentos que não busquei apenas nos textos acadêmicos e populares, mas em conversas e em entrevistas com várias pessoas, algo que se reflete no presente texto.

Realizar entrevistas orais com pessoas ligadas ao trabalho de resgate, produção e disseminação das sementes crioulas, além da construção e mobilização das festas das sementes, foi algo marcante para mim, pois as trocas de saberes foi imensa e me deixou ciente de informações que foram transformadas em fontes para o presente trabalho e me deram ideias de futuros trabalhos. Com tanto material rico a minha disposição tenho mais estímulos para pensar em novos roteiros de entrevistas, a serem utilizados com algumas das pessoas que já entrevistei e com outras pessoas.

Por fim, saliento que o presente trabalho insere-se como um dos trabalhos que aponta para a grande importância das ações de preservação das sementes crioulas para a manutenção da grande diversidade genética do mundo, algo que é essencial para a soberania e saúde alimentar de toda a humanidade, não só das pessoas que cultivam essas sementes. Portanto afirmar que essas sementes devem ser protegidas é afirmar que o desaparecimento de suas variedades compromete o equilíbrio sócio ambiental do mundo, visto que elas são consideradas como um importantíssimo patrimônio ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013. E-book.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Orais**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- BOEF, Walter Simon de; THIJSSSEN, Marja Helen; OGLIARI, Juliana Bernardi; STHAPIT, R. Bhuwon. **Biodiversidade e agricultores. Fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: L&PM, 2007. 271p.
- CAMPOS, Antônio Valmor de. **O reconhecimento de agricultores do município de Anchieta-SC, que cultivam sementes de milho crioulo, como pesquisadores e detentores de direito da propriedade intelectual sobre a melhoria dessas sementes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Escola das Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/539>. Acesso em: 01 set. 2017.
- CANCI, Adriano; CARPEGGIANI, Leucir; JUNGES, Jacob (org.). **Milho, produção de sementes em casa**. Anchieta, SC: SINTRAF, 1998. 9 p.
- CANCI, Adriano; CARPEGGIANI, Leucir (org.). **Milho Crioulo: Produção orgânica de sementes em casa**. São Miguel do Oeste: McLee, 2000. 13 p.,
- CANCI, Adriano; CARPEGGIANI, Leucir; BOIANI, Edivar José (org.). **Milho Crioulo: Produção orgânica de semente em casa**. São Paulo: ANCA, 2002. 29 p.
- CANCI, Adriano. **Sementes crioulas: construindo soberania, a semente na mão do agricultor**. São Miguel do Oeste: McLee, 2002. 161 p.
- CANCI, Adriano; VOGT, Gilcimar Adriano; CANCI, Ivan José. **A diversidade das espécies crioulas em Anchieta - SC**. Diagnóstico, resultados de pesquisa e outros apontamentos para a conservação da agrobiodiversidade. McLee: São Miguel do Oeste, 2004. 112 p.
- CANCI, Ivan José; BRASSIANI, Ivanildo Ângelo (org.). **Anchieta: história, memória e experiência, uma caminhada construída pelo povo**. São Miguel do Oeste: McLee, 2004. 418 p.
- CANCI, Ivan José. **Relações dos sistemas informais de conhecimento no manejo da agrobiodiversidade no oeste de Santa Catarina**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PRGV0063.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.
- CARVALHO, Horácio Martins (org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. Disponível em: <http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/sementes.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli.; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol.24, n.1, pp.75-91, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702017000100075&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 abr. 2018.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular. 2017. 141p.

CORDEIRO, Angela. A viagem das sementes. **Sementes Patrimônio dos Povos a serviço da Humanidade. Coletivo Nacional das campanhas Sementes da ANCA-Associação Nacional de Cooperação Agrícola, Cadernos de Saúde e Meio Ambiente**, p.1 – 24, 2004. Disponível em:<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20Viagem%20das%20Sementes.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 3, p. 54-71, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eunice_Nodari2/publication/311825668_Patrimonio_Ambiental_Historia_e_Biodiversidade/links/585c443f08aebf17d386a3a5.pdf. Acesso em: 01 set. 2017.

GOFI, Rosicleide. **O processo de sucessão familiar em famílias guardiãs de sementes crioulas: estudo de caso no município de Anchieta/SC**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186332>. Acesso em: 29 jun. 2018.

GRÍGOLO, Serinei César. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura: o caso das festas das sementes crioulas no sul do Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11267>. Acesso em: 01 set. 2017.

HENN, Iara Aquino; GRÍGOLO, Serinei César. As festas das sementes crioulas: espaço de circulação de conhecimentos e produção de movimentos sociais. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, UFPA, n. 10, p. 39-52, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturfamiliar/article/viewFile/4429/4207>. Acesso em: 01 set. 2017.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós – Graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://orgprints.org/21839/>. Acesso em: 10 set. 2017.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em: 03 jul. 2019.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 32, n. 1, p. 117-125, jun., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/1346/134626423008/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. 222p.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142010000100009&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 01 set. 2017.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: Grifos, 2008. 181p.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 17, n. 2, p. 307-321, 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/viewFile/7496/4416>. Acesso em: 01 set. 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estud. soc. Agric.**, Rio de Janeiro, v.15, n. 1, p.5-22, 2007. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/280>. Acesso em: 10 set. 2017.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Editora Gaya, 2002. 240p.

SILVA, Claiton Marcio da. Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 23, n. 33, p. 37-66, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Biblioteca Universitária. Normalização de trabalhos acadêmicos**. Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://portal.bu.ufsc.br/normalizacao/>. Acesso em: 24 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Biblioteca Universitária. Programa de capacitação. Procedimentos para apresentação e normalização de trabalhos acadêmicos – Apresentação (NBR 14724: 2011)**. Atualizado em janeiro de 2019. Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180829/TrabalhoAcademicoA4_22-01-2019.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 24 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Biblioteca Universitária. Programa de capacitação. Procedimentos para elaboração de referências – (ABNT NBR 6023: 2018)**. Atualizado em janeiro de 2019. Florianópolis, 2019. Disponível em: Acesso em: 24 maio 2019.

VOGT, Gilcimar Adriano; CANCI, Ivan José; CANCI, Adriano. Uso e manejo de variedades locais de milhos em Anchieta - SC. *In*: ALMEIDA, Paula (org.) **Sementes da biodiversidade. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Outubro de 2007. vol 4, nº3, p.1-44.

Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v4n3.pdf. Acesso em: 01 jun. 2018.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 01 set. 2017.

FONTES

Entrevistas

BRASSIANI, Ivanildo Ângelo. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 30 de jul. 2018. Acervo da autora.

CANCI, Ivan José. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 19 de mar. 2018. Acervo da autora.

CANCI, Adriano. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 17 de mar. 2018.

CARPEGGIANI, Leucir. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 18 mar. 2018. Acervo da autora.

CELLA, Valdecir Luis. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 19 mar. 2018. Acervo da autora.

CHENET, Juleide Terezinha; CHENET, Léo. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 23 jul. 2018. Acervo da autora.

DALLA VECCHIA, Mirian Justina; DALLA VECCHIA. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 18 jul. 2018. Acervo da autora.

DRASZEVSKI, Ceslestino. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 01 de ago. 2018. Acervo da autora.

OGLIARI, Juliana Bernardi. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Florianópolis – SC, 09 de abr. 2018. Acervo da autora.

REI, Valdecir Alves. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 17 jul. 2018. Acervo da autora.

ROMAN, Ilario. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 20 de jul. 2018. Acervo da autora.

Leis

BRASIL. **Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.711.htm. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.562, de 21 de dezembro de 2017**. Confere ao município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13562.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTA CATARINA. **Lei nº 11.455, de 19 de junho de 2000**. Reconhece o Município de Anchieta como Capital Catarinense do Milho Crioulo e adota outras providências. Florianópolis, SC: Governo do estado de Santa Catarina, 2000. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2000/11455_2000_Lei.html. Acesso em: 10 out. 2017.

Demais fontes

CANCI, Adriano. **Acervo pessoal – fotografias**. Guaraciaba - SC, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017 Anchieta – SC**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 20 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2017 Anchieta - SC**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LOCALIZAÇÃO DE ANCHIETA EM SANTA CATARINA. In: Wikipédia. 2019, s.p. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_\(Santa_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_(Santa_Catarina)). Acesso em: 20 maio 2019.

LOCATELLI, Angela Regina. **Acervo pessoal – fotografias**. Florianópolis - SC, 2019.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA AGROBIODIVERSIDADE. Blog. 09 set. 2015. Disponível em: <https://neabio.wixsite.com/neabioufsc>. Acesso em 20 jun. 2019.

SEMENTE: a história nunca contada. Direção de Taggart Siegel e Jon Betz. Documentário. USA: Collective Eye Films, 2016. 1h34min. Disponível em: <https://vimeo.com/253931223>. Acesso em 10 mar. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas dos dias 16, 17, 18, 19 de março e 09 de abril de 2018

1. Quantas vezes você já participou da festa das sementes crioulas de Anchieta – SC?
2. Qual foi a primeira vez que você ficou sabendo da existência das sementes crioulas?
3. Quais as razões que te movem a participar da festa nacional das sementes crioulas?
4. Você já participou de outros eventos ligados às sementes crioulas?
5. Você já participou de movimentos ou redes de agroecologia?
6. Quando foi o seu primeiro contato com a agroecologia?
7. Você propaga/espalha/dissemina em outros meios e lugares o que você vive, vê e aprende na festa de Anchieta?
8. Quais são as sementes crioulas que você utiliza de alguma forma em seu cotidiano?
9. Tem algo a mais que considera importante e gostaria de comentar?

**APÊNDICE B - Carta de cessão de direitos sobre o depoimento oral – entrevistas de
março e abril**

Pelo presente documento, eu, _____,
 nacionalidade: _____, estado civil: _____,
 RG nº _____, órgão emissor: _____, domiciliado (a) e
 residente no município de _____, estado de _____, na
 rua _____, declaro ceder à Angela
 Regina Locatelli (entrevistadora), RG: _____, a plena propriedade e os direitos
 autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à entrevistadora no
 município de _____, _____, em _____, de _____, de _____,
 num total de _____ minutos gravados. A entrevistadora fica assim autorizada a utilizar
 e publicar, para fins de pesquisas, incluindo o seu Trabalho de Conclusão de Curso do curso de
 Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a
 orientação da Prof.^a Dra. Eunice Sueli Nodari, o mencionado depoimento no todo ou em partes,
 editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos.

_____, ____ de _____ de _____.

_____.

Assinatura do (a) entrevistado (a)

_____.

Assinatura da entrevistadora

APÊNDICE C - Roteiro das entrevistas de julho e agosto de 2018

1. Há quanto tempo vocês moram em Anchieta? Desde quando a família de vocês trabalha com a agricultura?
2. Desde a aquisição da propriedade de vocês até os dias de hoje, a constituição familiar de vocês mudou?
3. Quais são as fontes financeiras da família (cultivos, atividades, etc)?
4. Quais tipos de sementes/mudas crioulas vocês conservam na propriedade de vocês e há quanto tempo? Qual é a origem dessas sementes? Quais vocês já perderam? Quais vocês já recuperaram?
5. Qual é o tamanho da propriedade de vocês? Quanto dessa propriedade é destinada para o cultivo de variedades crioulas?
4. Vocês participam de associações, cooperativas ou movimentos sociais de agricultores e agricultoras em favor das sementes crioulas, de produtos crioulos e da agricultura orgânica e agroecológica? Desde quando e de que forma?
5. O que é agroecologia para vocês? Vocês participam de alguma rede de certificação de produtos orgânicos?
6. Como e em qual momento vocês começaram a participar dos esforços liderados pelo Sintraf de Anchieta para resgatar as sementes crioulas, a partir de 1996 e que resultou no Programa Municipal de Produção Própria de Sementes de 1997 e em diversos seminários, cursos, reuniões, trabalhos de grupo, etc?
7. Como foram os contatos entre vocês e os técnicos pesquisadores para o resgate das sementes crioulas? Esses contatos permanecem atualmente?
8. Ao longo dos anos, após os primeiros contatos com as iniciativas de resgate de sementes crioulas em Anchieta, vocês mudaram, manteram e/ou mesclaram as técnicas para o manejo da agricultura na propriedade de vocês, seja de forma orgânica ou convencional?
9. Quais são as maiores dificuldades climáticas, econômicas, culturais, políticas e sociais para manter o manejo, a conservação, a criação e propagação das sementes e mudas crioulas?
10. Vocês participaram de alguma forma das duas festas do milho crioulo (2000 e 2002) e das quatro festas das sementes crioulas (2004, 2007, 2012 e 2018)? Como foi a experiência de participar delas? Nestas festas vocês recuperaram alguma semente ou muda crioula que vocês haviam perdido ou disponibilizaram sementes/mudas crioulas para outras pessoas e entidades/associações/movimentos?

11. Vocês participaram de algum dos três encontros nacionais de formação camponesa que ocorreram nas festas das sementes crioulas, de 2002, 2007 e 2012? Como foi a experiência de participar deles? Por que não houve esse encontro de formação na festa nacional das sementes crioulas de 2018?
11. Vocês participam de feiras, festas ou eventos locais/regionais/nacionais relacionados as sementes crioulas e produtos orgânicos de outros municípios e trocam e/ou vendem sementes/mudas crioulas e produtos crioulos nestes locais? Quais?
12. Na opinião de vocês, a grande ruptura de tempo entre algumas das festas das sementes de Anchieta possui quais aspectos políticos, econômicos e ou/sociais?
13. Na opinião de vocês, como as festas das sementes crioulas e o trabalho com estas sementes é percebido/visto em Anchieta pela população local, seja a rural ou a urbana?
13. Como é a relação de vocês com as lojas agropecuárias de Anchieta e com as de outros municípios, assim como a relação de vocês com representantes de produtos químicos, industrializados e de agrotóxicos?
14. Qual é o impacto dos programas de incentivo à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em relação a comercialização dos produtos crioulos e/ou orgânicos que vocês produzem?
15. Há fotografias, banners, cartilhas, cartazes ou outros tipos de imagens do trabalho de vocês com as sementes crioulas, produtos crioulos e nas festas das sementes que vocês gostariam de disponibilizar o acesso para a minha pesquisa de TCC e futuras pesquisas?
16. Vocês gostariam de complementar alguma questão anterior e comentar algo que vocês consideram importante sobre o tema da entrevista?
17. Vocês autorizam o uso da entrevista para meu Trabalho de Conclusão de Curso do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da assinatura da carta de cessão de direitos sobre o depoimento oral, com o tema sobre as sementes crioulas e as respectivas festas de Anchieta, sob a orientação da professora Dr.^a Eunice Sueli Nodari e para pesquisas futuras?
18. Vocês preferem que os nomes de vocês fiquem no anonimato ou eles podem aparecer nos meus trabalhos quando eu usar esta entrevista nos mesmos?
19. Vocês preferem que esta entrevista seja transcrita na língua coloquial (exatamente da forma que vocês falaram) ou na língua culta (conforme as regras de gramática da língua portuguesa)?

**APÊNDICE D - Carta de cessão de direitos sobre o depoimento oral – entrevistas de
julho e agosto de 2018**

Pelo presente documento, _____ (nome),
_____ (nacionalidade), _____ (local de
nascimento), _____ (data de nascimento) _____
(estado civil), _____ (profissão), Carteira de Identidade nº
_____, emitida por _____, CPF nº _____,
residente e domiciliado (a) em

_____, cede e
transfere neste ato, gratuitamente em caráter universal e definitivo à Angela Regina Locatelli,
RG: _____, CPF: _____ a totalidade dos seus direitos patrimoniais de
autor sobre o depoimento oral prestado no município de _____, estado
de _____, na data: __/__/__, num total de _____ gravados, perante a
entrevistadora Angela Regina Locatelli. A entrevistadora fica assim autorizada a utilizar e
publicar, para fins de pesquisas, incluindo o seu Trabalho de Conclusão de Curso do curso de
Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a
orientação da Prof.^a Dra. Eunice Sueli Nodari, o mencionado depoimento no todo ou em partes,
editado ou não, com o nome do (a) entrevistado (a) no () anonimato () sem anonimato, bem
como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, desde que mencionem a fonte
da entrevista. A entrevista será transcrita na () língua coloquial () língua culta. A entrevistadora
se compromete a preservar o depoimento no anonimato se for a escolha do (a) entrevistado (a),
assim como transcrever e publicar a entrevista na linguagem escolhida pelo (a) entrevistado (a).
Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o
presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Local e Data

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura da entrevistadora